

Focus eleva previsão de inflação neste ano de 7,58% para 8%

Na 23ª elevação consecutiva, o boletim Focus de ontem, 13, elevou de 7,58% para 8% a expectativa de avanço da inflação medida pelo IPCA neste ano. Puxada pelos combustíveis, o índice de agosto acelerou 0,87%, na maior alta para o mês desde o ano 2000, de acordo com o IBGE. Com o resultado, o indicador acumula altas de 5,67% no ano e de 9,68% nos últimos 12 meses, o maior acumulado desde fevereiro de 2016,

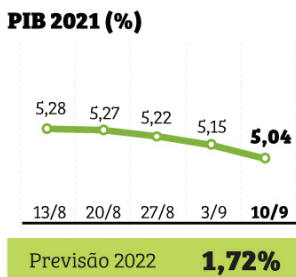
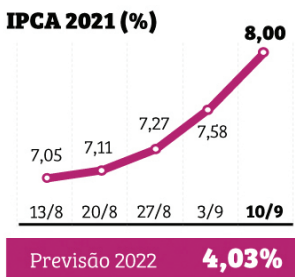
quando o índice alcançou 10,36%. Em 2022, a estimativa de inflação é de 4,03%. Para 2023 e 2024, as previsões são de 3,25% e 3,03%, nesta ordem. Quanto à Selic, a expectativa é de que encerre 2021 em 8% ao ano. Para o fim de 2022, a estimativa é de que a taxa básica fique nesse mesmo patamar. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Pág. 04

ECONOMIA

PRÉVIA DA INFLAÇÃO

Dados de 10/9



FONTE: Banco Central

INFOGRAFO

Autor do ‘relatório paralelo’ citado por Bolsonaro é suspenso pelo TCU

Uma comissão especial do TCU suspendeu o auditor Alexandre Figueiredo Costa Silva, do próprio tribunal, autor de uma pesquisa paralela que contestava o número de mortes por covid-19 em

2020 e apontava, sem amparo técnico, que o número poderia ser 50% menor que o informado oficialmente. O argumento foi amplamente usado por Bolsonaro em suas declarações.

Pág. 03

Cidade do Rio também substitui 2ª dose da AstraZeneca por Pfizer

A Prefeitura do Rio já está aplicando a vacina Pfizer no lugar da segunda dose da AstraZeneca, que está em falta. O mesmo poderá acontecer em outros municípios

do Estado. Desde o dia 16 de agosto, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) publicou nota técnica autorizando a intercambialidade de vacinas.

Pág. 08

Criação de estatal para privatizar Eletrobras custará R\$ 4 bilhões

A constituição da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBpar), nova estatal criada por decreto presidencial para a privatização da

Eletrobras, demandará R\$ 4 bilhões do Orçamento de 2021. A companhia vai adquirir o controle da Eletronuclear e a parte da Eletrobras no capital de Itaipu.

Pág. 04

Incêndio na Chapada do Veadeiros já avança por mais de 20 km



Ontem, 13, foi feito um sobrevoo para se ter dimensão da área atingida e onde estão os principais focos.

Segundo o Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBM-GO), o incêndio florestal que começou domingo no local conhecido como Vale da Lua, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros,

já se espalha para áreas a 20 km de distância. Ontem, 13, foi feito um sobrevoo para se ter dimensão da área atingida e onde estão os principais focos. As equipes ainda estão definindo novas estratégias de combate.

Pág. 08

Juiz autoriza condução coercitiva de Marcos Tolentino à CPI da Covid

Suspeito de ser um “sócio oculto” da empresa FIB Bank, que teria fornecido à Precisa uma garantia ilegal no fechamento do con-



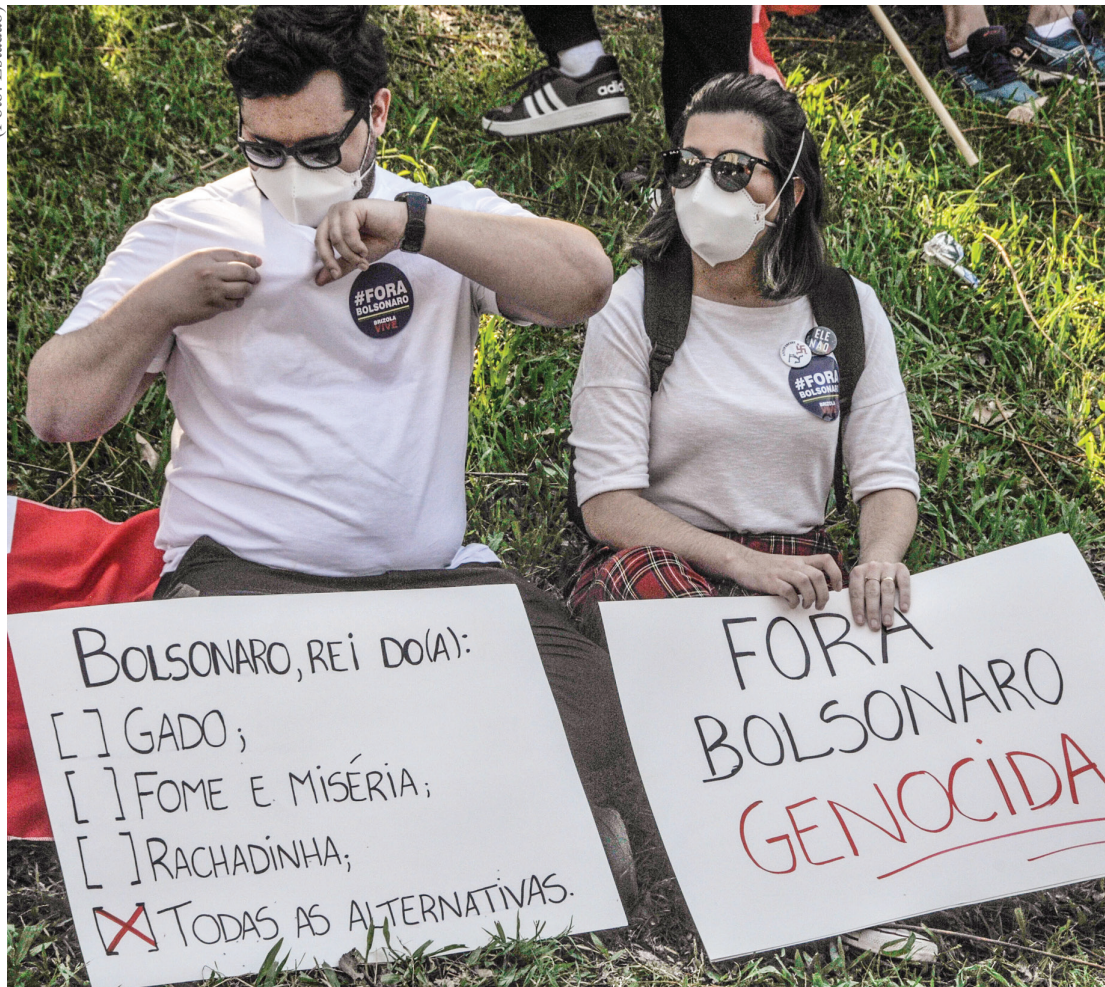
O depoimento de Tolentino, dono da Rede Brasil de Televisão, é um dos mais aguardados pela CPI.

indiana Covaxin, o advogado e empresário Marcos Tolentino da Silva foi intimado ontem, 13, pelo juiz Francisco Codevila, da 15ª Vara Federal do DF, a depor na CPI da Covid hoje, 14, na oitiva marcada para às 9h30. A decisão também autorizou a condução

coercitiva do advogado, caso ele deixe de comparecer ‘sem a devida justificativa. Codevila apontou que embora tenha sido assegurado ao empresário o direito de permanecer em silêncio, ‘o atendimento à convocação para depor perante a CPI não configura mera liberalidade, mas obrigação imposta a todo cidadão’. “Uma vez convocada a testemunha, tem ela o dever de comparecimento e de observância dos trâmites legais inerentes à convocação”, registrou.

Pág. 03

Bolsonaro ironiza atos de domingo com presença de presidentiáveis



Os atos foram organizados pelo MBL e outros movimentos de direita que apoiaram a eleição de Bolsonaro.

Falando a apoiadores ontem, 13, em frente ao Alvorada, o presidente Bolsonaro ironizou os atos contra o governo ocorridos

domingo, 12, que reuniram setores da direita que abandonaram o presidente, como o Movimento Brasil Livre (MBL), e algumas figuras da

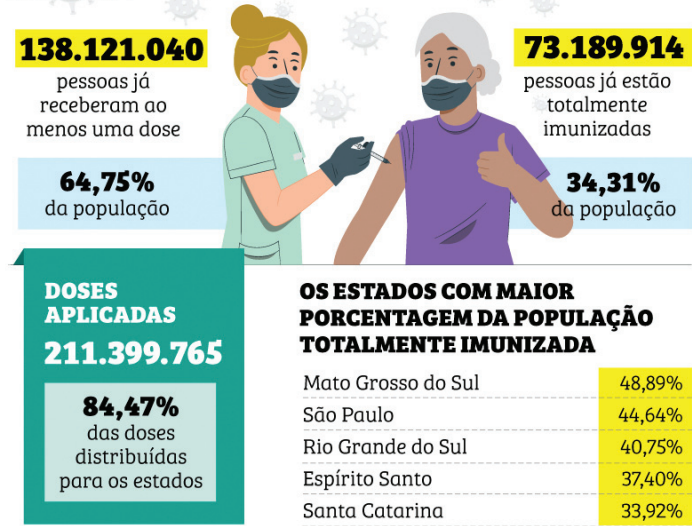
esquerda. Ele afirmou que só uma minoria “digna de dó” foi às ruas e ainda ironizou a presença de presidentiáveis nos atos.

Pág. 03

MEDICINA E SAÚDE

BALANÇO DA VACINAÇÃO

Dados de 13/9



FONTE: Consórcio de Veículos de Imprensa

INFOGRAFO

Chega a Cabul primeiro voo comercial após controle do país por talibãs

Pág. 05

Estados Unidos liberam documentos sigilosos sobre o 11 de setembro

Pág. 05

Pentágono: novo míssil norte-coreano ameaça comunidade internacional

Pág. 05

Mercado reduz previsão de alta do PIB de 5,15% para 5,04%

O Relatório de Mercado Focus do Banco Central divulgado ontem, 13, reduziu de 5,15% para de 5,04% a expectativa de alta do PIB deste ano. Há quatro semanas, a expectativa era de 5,28%. A expectativa para a produção industrial de 2021 caiu de 6,28% para 6,09%. Há um mês, estava em elevação de 6,43%. A previsão do PIB para 2022 passou de crescimento de 1,93% para 1,72%. Quatro semanas atrás, estava em 2,04%.

Pág. 04

Bittencourt defende PEC dos precatórios enviada pelo governo

A equipe econômica está aberta a “outros modelos” que solucionem a questão do grande volume de precatórios a ser pago em 2022, disse ontem, 13, o secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, em evento da Genial Investimentos. Segundo ele, entretanto, a PEC enviada pelo governo ao Congresso é a “melhor alternativa”, mas disse ver vantagens, por exemplo, na discussão que está sendo feita no CNJ de criar um teto anual para o pagamento.

Pág. 04

Aras pede suspensão de MP de Bolsonaro que favorece fake news

Parecer enviado na manhã de ontem, 13, ao STF pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, pede a suspensão da MP editada pelo presidente Bolsonaro que limita a remoção de fake news pelas redes sociais. Segundo Aras, a MP, editada por Bolsonaro em um aceno a seus aliados, facilita a divulgação de conteúdos de ódio ou de ataques às instituições e ao próprio regime democrático.

Pág. 03

INDICADORES FINANCEIROS	
Salário Mínimo	R\$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,87%
IGP-M (FGV) - mês	0,66%
IPC (FIPE) - mês	1,44%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4299%
Ibovespa (pontos)	116.403
Poupança (mês)	0,30%
CDB pré 30 dias - ano	5,80%
CDB pré 90 dias - ano	6,79%
CDI acumulado - mês	0,16%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R\$ 5,2230/R\$ 5,2240
Dólar turismo	R\$ 5,2600/R\$ 5,3870
Euro turismo	R\$ 6,1650/R\$ 6,1670

POLÍTICA

TIT-BITS

Movimentos pelo impeachment têm baixa adesão

Aconteceu no último domingo (12/9), em diversas cidades do país, manifestações pelo impeachment do presidente Jair Bolsonaro, convocadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e pelo grupo Vem pra Rua. Os protestos, são uma resposta às manifestações de 7 de setembro, que foram a favor do presidente.

Justiça manda intimar advogado para depor na CPI da Covid

A Justiça determinou a intimação judicial do advogado Marcos Tolentino da Silva para comparecer perante a CPI da Covid, nesta terça-feira, 14 de setembro de 2021, e autorizou a condução coercitiva caso ele deixe de comparecer ao ato para o qual foi intimado sem a devida justificativa.

Justiça arquiva mais um processo contra Lula

Por ausência de justa causa e prescrição da pretensão punitiva, a Justiça de São Paulo, acolheu pedido da defesa do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para determinar o trancamento de uma investigação de tráfico internacional de influência e corrupção ativa em transação comercial internacional.

Variação cambial em empréstimo

O STF vai julgar, em embargos de divergência, se a teoria da imprevisão é aplicável para o caso da variação cambial brasileira de 1999, em relação a empréstimos em moeda estrangeira. Essa teoria indica que é possível a revisão ou mesmo a resolução de um contrato quando fatos novos e imprevisíveis tornarem a relação excessivamente onerosa a uma das partes.

Governo lança programa habitacional para profissionais de segurança

Policiais civis, militares, federais e rodoviários, além de bombeiros, agentes penitenciários, peritos e guardas municipais, terão subvenção financeira concedida pelo governo federal e condições diferenciadas de crédito imobiliário para aquisição da casa própria. É o que prevê o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública, o Habite Seguro, lançado nesta segunda-feira (13), em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Jair Bolsonaro, ministros e parlamentares. “A casa própria, mais que um sonho, é uma necessidade para todos nós”, afirmou o presidente em seu discurso. “A casa própria é algo que realmente nos liberta, nos dá paz para trabalhar”, acrescentou. Concretizado por meio de medida provisória (MP), o programa tem como prioridade os agentes de segurança com renda bruta mensal de até R\$ 7 mil, mas é aberto a profissionais com faixa de renda maior. Será possível financiar até 100% do valor do imóvel, contando com subsídios de até R\$ 13 mil, provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), de

STF deve suspender MP que altera Marco Civil da Internet

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou ao STF, na data de ontem (13/9), seis pareceres nos quais defende a suspensão cautelar (liminar) dos efeitos da MP 1.068/20201 até o julgamento definitivo do mérito pelo Plenário do STF. Para Augusto Aras, “é prudente que se aguarde a deliberação do Congresso Nacional sobre o atendimento dos requisitos de relevância e urgência na edição da MP.

Viagem cancelada na epidemia

Não há obrigatoriedade legal de reembolso total de viagens canceladas durante a epidemia da Covid-19, sendo possível a concessão de créditos, conforme o artigo 2º da Lei 14.046/20. Assim entendeu a Justiça de São Paulo ao declarar a rescisão de um contrato firmado entre uma consumidora e uma agência de turismo, uma vez que a viagem teve que ser cancelada em razão da epidemia.

Vazamento de dados da Academia de Polícia

Polícia Civil de São Paulo investiga o vazamento de dados de policiais civis integrantes da Academia de Polícia Dr. Coriolano Nogueira Cobra (Acadepol), localizada no Butantã, Zona Oeste. Na última sexta-feira (10/9), hackers anunciaram, em uma publicação nas redes sociais, o vazamento de dados de agentes que integram ou já participaram de cursos na Acadepol.

Deputado é condenado a indenizar Alexandre de Moraes

Com esse entendimento, a Justiça de São Paulo manteve a condenação do deputado Ottoni de Paula (PSC-RJ) a indenizar o ministro do STF Alexandre de Moraes por ofensas nas redes sociais, que antes era de R\$ 70 mil para R\$ 50 mil.

acordo com a faixa de renda do profissional, além de oferecer menores taxas de juros nos financiamentos. Neste primeiro ano, foram disponibilizados R\$ 100 milhões para custear as operações, a serem realizadas pela Caixa Econômica Federal. “É um programa que beneficia não só os profissionais da ativa, mas também os reformados e aposentados. Ainda este ano, utilizamos até R\$ 100 milhões em recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, para subsidiar os financiamentos. Nos próximos anos, além dos recursos desse fundo, contaremos com emendas parlamentares”, afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres.

Imóveis novos e usados - As subvenções poderão ser concedidas para a aquisição de imóveis novos e usados, e para o financiamento de construção individual, com valor de até R\$ 300 mil. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a aquisição ou a construção da moradia por meio do programa será concedida uma única vez para cada beneficiário e poderá ser acumulativa com outros benefícios habitacionais previstos em lei.

Mourão diz que semana começa com clima institucional melhor e minimiza atos

Quatro dias após a publicação da “declaração à Nação”, documento em que presidente Jair Bolsonaro pediu harmonia entre os poderes, o vice-presidente Hamilton Mourão disse nesta segunda-feira entender que a semana começa com um clima institucional melhor em relação à anterior. Ele também minimizou os atos contra o presidente ocorridos no domingo, 12, menos expressivos do que os governistas de 7 de setembro em meio à divisão da esquerda.

Questionado nesta segunda-feira por jornalistas em frente ao Palácio do Planalto se a semana terá um clima melhor entre as instituições, Mourão confirmou. “Não resta dúvida. Na semana passada, houve uma manifestação maciça em favor do nosso governo, em particular à pessoa do presidente da República. O presidente, na quinta-feira, fez aquela carta buscando diminuir essa tensão e fazer reaproximação com STF, em particular com ministro Alexandre de Moraes”, lembrou o vice-presidente. “A gente começa a segunda-feira com pauta positiva e muita coisa a ser tratada no Congresso. Tem a Medida Provisória da questão das redes sociais, a questão do código eleitoral. Tem muita coisa para ser tratada nesta semana.”

A “declaração à Nação” de Bolsonaro, articulada diretamente pelo ex-presidente Michel Temer, foi um recuo, ainda que temporário, da ofensiva do chefe do Executivo sobre o Su-



(Foto: EBC)

premo Tribunal Federal (STF), instituição ameaçada por ele nos atos de 7 de setembro.

Após ser alertado pelo presidente da Corte, Luiz Fux, de que sua promessa a apoiadores de descumprir decisões judiciais configuraria crime de responsabilidade, Bolsonaro diminuiu o tom - embora na mesma noite, em transmissão ao vivo nas redes sociais, tenha feito novos elogios às manifestações pró-governo, marcadas por pautas antidemocráticas.

Mourão também minimizou no período da manhã desta segunda-feira os atos da oposição ocorridos no domingo. “Eu nunca desdenho de nada, mas foram

bem aquém daquilo que podia se esperar. A esquerda faltando falta muita gente”, disse na sua chegada ao Planalto.

Convocados principalmente por grupos considerados de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL), os protestos deste domingo tiveram baixa adesão da esquerda, embora algumas figuras tenham marcado presença. Em São Paulo, por exemplo, o presidenciável Ciro Gomes (PDT) e a deputada estadual Isa Penna (PSOL) estiveram na Avenida Paulista, ao lado do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que também deseja disputar a corrida ao Planalto.

Amazônia - De volta de uma agenda no Pará com embaixadores, o vice-presidente insistiu que os representantes diplomáticos de outros países ficaram satisfeitos com o tour pela Floresta Amazônia. “Andamos 80 km na Transamazônica. Voamos e não tinha nenhuma queimada”, afirmou Mourão. “Estamos vivendo situação econômica difícil no País. Onde tem oportunidade para pessoas ganharem algum dinheiro, vão buscar. Uma delas é o garimpo. Quando é feito dentro da legalidade, muito bem, mas quando está na ilegalidade, compete às forças da lei e da ordem impedir que isso aconteça”, acrescentou.

À CPI, juristas apontam crimes de Bolsonaro no combate à pandemia



(Foto: EBC)

A dois meses do encerramento da CPI da Covid, o grupo de juristas coordenado pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior entregará nesta semana um parecer de mais de 200 páginas aos senadores sobre os possíveis crimes cometidos pelo presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à pandemia de covid-19 no País.

“Foi um trabalho muito exaustivo dos membros da comissão (de juristas)”, disse Reale Júnior ao Estadão. O grupo

atua desde junho na prestação de consultoria jurídica aos senadores, especialmente ao relator Renan Calheiros (MDB-AL), que se prepara para escrever o texto final a partir das provas coletadas contra a gestão Bolsonaro. Os juristas compilaram depoimentos, documentos, provas e dados obtidos desde a criação da comissão, em abril, até o mês de agosto, para delinear qual é o arcabouço jurídico que pesa contra os integrantes do governo sob a mira da CPI.

As conclusões serão avaliadas pelo relator da comissão, Renan Calheiros, responsável por apresentar o parecer final da CPI com as conclusões da investigação. Após ter o período inicial prorrogado em julho, a comissão tem até o dia 5 de novembro para concluir os trabalhos. O relator, no entanto, planeja entregar a conclusão ainda neste mês.

A cúpula da CPI avalia enquadrar Bolsonaro em crimes de três natureza, que serão separa-

dos em diferentes capítulos no relatório. Os senadores devem acusar o presidente por crimes de lesa-humanidade, que permite uma denúncia em tribunal internacional, crimes de responsabilidade, que darão respaldo a um pedido de impeachment na Câmara, e crimes comuns, que podem motivar uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF).

A acusação por prevaricação na compra da vacina indiana Covaxin é um dos principais focos da CPI. O presidente é investigado por não ter encaminhado uma apuração ao ser alertado sobre um suposto esquema de corrupção na aquisição das doses da vacina indiana.

A CPI levantou uma série de condutas consideradas suspeitas no Ministério da Saúde ao mesmo tempo em que o governo ignorava ofertas de grandes laboratórios, como Pfizer e Butantan.

A própria CPI deve encaminhar as conclusões ao presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), acusando Bolsonaro por crimes de responsabilidade na pandemia de covid-19. No âmbito dos crimes comuns, como ações contra a saúde pública e corrupção passiva, a CPI deve encaminhar as conclusões para a Procuradoria-Geral da República, responsável por uma eventual denúncia contra o presidente no Supremo.

Mourão reconhece ‘retórica forte’ do governo, mas descarta ruptura no século 21

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou nesta segunda-feira que o governo federal tem uma “retórica forte”, mas, segundo ele, não está disposto a um golpe de Estado. “Não há espaço para ruptura no século 21”, afirmou em entrevista à Rádio Gaúcha. “É algo que tem que ficar muito claro na cabeça de todo mundo.”

Nas manifestações de 7 de setembro, o presidente Jair Bolsonaro ameaçou o Supremo Tribunal Federal (STF), em tom considerado antidemocrático por especialistas grande parte do mundo político, e teve de recuar da postura apenas dois dias depois após a resposta con-

tundente do presidente da Corte, Luiz Fux, por meio de uma carta de pacificação articulada pelo ex-presidente Michel Temer.

“Há uma retórica forte por parte do nosso governo? Há. Mas não existem ações correspondentes”, tentou minimizar Mourão.

“Nossas instituições são fortes, nossa democracia é forte e não será mudada com alguns discursos”, acrescentou. “Vejo essas questões muito mais uma retórica mais forte por parte do nosso governo do que realmente, de ações que levariam, se houvesse, a uma ruptura.”

Ainda assim, o vice-presidente voltou a tecer críticas a

ministros do STF. “Já expressei minha visão e continuo com ela até que haja mudança de postura por parte de alguns magistrados”, afirmou.

“Magistrados têm que se afastar da arena política, isso muitas vezes não está sendo respeitado e acaba por exacerbar esse confronto, esse choque de ideias entre Executivo e Judiciário”.

O vice-presidente voltou a elogiar a ‘Declaração à Nação’, publicada por Bolsonaro e seu papel de tentar baixar a tensão. “Conversando a gente se entende. Alguém tem que atravessar a rua e dizer ‘minha gente, vamos abaixar a bolinha’”.

Mourão evitou jogar a culpa da crise exclusivamente em Bolsonaro e reforçou, mais de uma vez, que o tom elevado era do governo.

Ainda assim, ponderou que “muita coisa pode ser dita de forma mais polida.

“Você pode defender ideias com veemência, mas sem ultrapassar determinados limites éticos em um relacionamento entre poderes. É isso que a gente tem que buscar nesse momento”, acrescentou, reconhecendo que discursos inflamados podem prejudicar o próprio governo. “Retórica mais forte joga cortina de fumaça sobre ações positivas que vêm ocorrendo”.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa

Diretor

Marcos Henrique

Comercial

www.diariodenoticias.com.br

site

Amayury Marques

Administração

Elaine Fernandes

Financeiro

Valter Lana

Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br

e-mail

Contato: 55 11 5584-0035

marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA

Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B

Jd. Paulista - Cep. 01407-200

CNPJ nº 00.559.976/0001-07

São Paulo - SP

Administração:

Rua Samuel Morse, 120, cj. 81

Cidade Monções - Cep. 04576-060

São Paulo - SP

anatec

www.anatec.org.br

ANJ

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

FUNDAÇÃO VANTUINI

TRABALHO ALTERNATIVO

ANATEC

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Aras quer suspender MP de Bolsonaro contra remoção de conteúdo nas redes sociais

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou ao Supremo Tribunal Federal na manhã de ontem, 13, parecer defendendo a suspensão da medida provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro para regular a remoção de conteúdo pelas redes sociais.

O chefe do Ministério Público Federal sustentou que a medida cautelar - com validade até que a corte máxima analise o mérito de ações que apontam a inconstitucionalidade da MP - seria justificada pela ‘complexidade do contexto social e político atual, com demanda por instrumentos de mitigação de conflitos, aliada a razões de segurança jurídica’.

No documento de 27 páginas enviado ao gabinete da ministra Rosa Weber, o PGR apontou que ao estabelecer ‘rol aparentemente taxativo de hipóteses de justa causa para exclusão, a suspensão ou o bloqueio de conta de usuário ou de divulgação de conteúdo gerado por usuários em redes sociais’, a MP editada por Bolsonaro às vésperas do 7 de Setembro, em um aceno a seus aliados, dificulta a ação de



Aras sustentou ainda que a alteração ‘repentina’ promovida pela MP de Bolsonaro no Marco Civil da Internet gera insegurança jurídica para empresas e provedores.

barreiras que evitem situações de divulgação de fake news, de discurso de ódio ou de ataques às instituições e ao próprio regime democrático.

Aras sustentou ainda que a alteração ‘repentina’ promovida

pela MP de Bolsonaro no Marco Civil da Internet gera insegurança jurídica para empresas e provedores, considerando o ‘prazo exíguo para adaptação e previsão de imediata responsabilização por eventual descum-

primento’. Além disso, o PGR lembra o projeto de lei das fake news que tramita no Congresso Nacional argumentando que é ‘prudente’ aguardar a tal definição, ‘após amplo e legítimo debate, na seara apropriada’.

Bolsonaro: oposição com ‘presidenciáveis aglomerados’ nas ruas é ‘digna de dó’



O presidente Bolsonaro minimizou ontem, 13, os atos contra o governo ocorridos domingo, 12. A apoiadores em frente ao Alvorada, o chefe do Executivo afirmou que só uma

minorias “digna de dó” foi às ruas e ainda ironizou a presença de presidenciáveis nos atos. “Viram em São Paulo, ontem, cinco presidenciáveis aglomerados?”, questionou Bolsonaro.

Entre os cotados para disputar o Planalto em 2022, estiveram presentes na Avenida Paulista o governador de São Paulo, João Doria (PSDB); o ex-ministro da Saúde Luiz

Henrique Mandetta (DEM); o ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes (PDT); o senador Alesandro Vieira (Cidadania-SE) e a senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Porém, ao contrário do que o presidente costuma fazer, todos os presentes nos atos utilizavam máscara, seguindo a recomendação de autoridades sanitárias, exceto nos momentos de discursos. “Citaram questões pessoais. Não vão me tirar daqui com isso de jeito nenhum”, declarou Bolsonaro.

Foram registradas domingo, 12, manifestações contrárias ao governo em todo o País, mas com adesão bastante menor em comparação com 7 de setembro, como destacou mais cedo o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB). Os atos reuniram setores da direita que abandonaram o presidente, como o Movimento Brasil Livre (MBL), e algumas figuras da esquerda, mas parte desse campo resistiu a ir às ruas com ex-bolsonaristas.

CPI da Covid: juiz intima Marcos Tolentino e autoriza condução coercitiva

O juiz Francisco Codevila, da 15ª Vara Federal do Distrito Federal, acolheu um pedido do presidente da CPI da Covid, Omar Aziz, e determinou a intimação do advogado e empresário Marcos Tolentino da Silva, para que ele compareça a depoimento perante o colegiado nesta terça-feira, 14, às 9h30. O magistrado ainda autorizou a condução coercitiva do advogado, caso ele deixe de comparecer à oitiva ‘sem a devida justificativa’.

A oitiva de Tolentino estava inicialmente prevista para o último dia 1º, para tratar de suposto esquema de favorecimento da Precisa Medicamentos no Ministério da Saúde. No requerimento de convocação de Tolentino, apresentado pelo vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o empresário também é apontado como “sócio oculto” da FIB Bank.

No entanto, na ocasião, Tolentino informou à comissão que estava internado no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, por causa de sequelas da covid-19. O empresário foi infectado pela

doença em março.

Ao acionar a Justiça Federal do DF, Aziz apontou que o empresário não teria justificado a ausência na CPI da Covid, qualificando como ‘evasivos’ os atos anteriores do advogado. De acordo com o senador, Tolentino estava amparado por um habeas corpus deferido pelo Supremo Tribunal Federal, ordem que o autorizava a permanecer em silêncio no depoimento ao colegiado. Depois que faltou à sessão prevista para sua oitiva, pediu à corte máxima para não comparecer à CPI.

Em sua decisão, Codevila apontou que embora tenha sido assegurado ao empresário o direito de permanecer em silêncio, ‘o atendimento à convocação para depor perante a CPI não configura mera liberalidade, mas obrigação imposta a todo cidadão’. “Uma vez convocada a testemunha, tem ela o dever de comparecimento e de observância dos trâmites legais inerentes à convocação, sob pena de frustrar ou dificultar as atividades investigativas da Comissão Parlamentar de Inquérito”, registrou.

TCU suspende auditor que fez ‘relatório paralelo’ citado por Bolsonaro

O auditor Alexandre Figueiredo Costa Silva, do Tribunal de Contas da União (TCU), foi suspenso das funções da Corte por 45 dias, sem direito a salário. A decisão foi tomada pela comissão do tribunal montada para estudar uma punição a ele.

O servidor é autor de uma pesquisa não oficial que contestava o número de mortes por covid-19 em 2020 e apontava, sem amparo técnico, que o número poderia ser 50% menor que o informado oficialmente.

“O fato teve o potencial de provocar uma crise institucional entre a Corte e o Poder Executivo, com graves constrangimentos para todos os integrantes desta Casa”, declarou a comissão do TCU no documento que informou a suspensão. O levantamento não oficial feito por

Marques aponta “supernotificação” de mortes por covid-19 no País. No ano passado morreram 195 mil pessoas em decorrência do coronavírus no Brasil.

O relatório foi inserido no sistema do TCU sem que constasse de qualquer processo do órgão.

Esse documento foi citado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para comprovar sua tese de que cerca de metade dos óbitos registrados como covid-19 não seriam causados pela doença. O tribunal o desmentiu a versão no mesmo dia.

De acordo com o depoimento de Alexandre Marques à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no Senado, o texto foi repassado ao seu pai, Ricardo Silva Marques, que o encaminhou a Bolsonaro.

Juíza autoriza condução coercitiva de suposto lobista da Precisa na CPI da Covid

A juíza Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins Alves, da 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, autorizou a expedição de mandado de condução coercitiva para o advogado Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria caso ele não compareça nem justifique a sua eventual ausência em depoimento à CPI da Covid previsto para às 9h30 de quarta-feira, 15. A decisão proferida nesta segunda, 13, atende a um pedido do presidente do colegiado, Omar Aziz.

Pollyanna considerou que o suposto lobista da Precisa Medicamentos, empresa investigada na compra da vacina indiana Covaxin, é uma ‘testemunha recalcitrante’, ou seja, que resiste obstinadamente. Ao solicitar à Justiça a condução coercitiva do advogado, Aziz chegou a apontar que o depoimento do suposto lobista é ‘absolutamente imprescindível ao inquérito parlamentar’.

Aziz também pediu à Justiça o deferimento de outras medidas cautelares contra Marconny, mas Pollyanna considerou que não havia ‘respaldo legal’ para a autorização das mesmas. O presidente da CPI queria apreender o passaporte do suposto lobista por 30 dias, além da proibição de que o advogado deixasse a comarca onde mora sem prévia autorização do colegiado, sob pena de prisão ou monitoramento eletrônico.

Ao analisar o caso, Pollyanna registrou que, “a despeito de ciência inequívoca da designação de data para sua oitiva”, Marconny não compareceu nem justificou a ausência em depoimento perante à CPI da Covid no início do mês. A magistrada frisou que a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, autorizou o advogado a permanecer em silêncio perante a CPI da Covid quanto a perguntas que poderiam lhe incriminar, mas

rechaçou expressamente o pedido de não comparecimento.

Quando Marconny faltou à oitiva perante à CPI, o vice-presidente do colegiado, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), chegou a pedir a ‘condução sob vara’ do advogado - prerrogativa da CPI, similar à condução coercitiva. Na ocasião, Albernaz chegou a apresentar um atestado médico do Hospital Sírio Libanês para não comparecer ao depoimento, sob alegação de estar com ‘dor pélvica’. No entanto, Randolfe disse no Twitter que o médico responsável pelo documento manifestou à comissão a intenção de cancelar o atestado, pois “notou uma simulação por parte do paciente”.

Marconny entrou na mira da CPI após o colegiado ter acesso a mensagens trocadas entre ele e o ex-secretário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) José Ricardo Santana, que prestou depoimento à comissão em 26 de agosto. Na conversa, Santana menciona que conheceu o suposto lobista da Precisa na casa da advogada do presidente Jair Bolsonaro, Karina Kufa.

Segundo os senadores, Santana e Marconny teriam conversado sobre processo de contratação de 12 milhões de testes de covid-19 entre o Ministério da Saúde e a Precisa. Uma das mensagens trocadas aponta que “um senador” poderia ajudar a “desatar o nó” do processo.

O requerimento de convocação do advogado é de autoria de Randolfe, que cita as mensagens e diz que o conteúdo reforça a existência de um “mercado interno no Ministério da Saúde que busca facilitar compras públicas e beneficiar empresas, assim como o poder de influência da empresa Precisa Medicamentos antes da negociação da vacina Covaxin”.

Esquerda e direita resistem a ato unificado

Partidos e movimentos de esquerda, centro e direita voltam a dialogar nos próximos dias na tentativa de unificar as agendas de protestos contra o governo Jair Bolsonaro. A ideia é promover uma manifestação conjunta em 15 de novembro, data que marca a proclamação da República.

Mas a criação de uma frente ampla e diversa em defesa do impeachment parece distante no horizonte. Líderes da campanha nacional Fora Bolsonaro, que iniciou as manifestações presenciais em 29 de maio, criticaram o “fracasso” de público nos atos de ontem, capitaneados pelo Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua (VPR) e Livres, que atuaram diretamente na mobilização pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

“O fracasso das mobilizações deste domingo demonstra que quem quiser realmente o impeachment de Bolsonaro terá de sentar para conversar com a esquerda”, afirmou ao Estadão o presidente do PSOL, Juliano Medeiros. “Somos os únicos com capacidade de mobilização além do bolsonarismo. Estamos abertos a construir iniciativas com qualquer um que esteja contra Bolsonaro, mas sem adesismo.”

No evento do último domingo, 12, na Avenida Paulista, os presidenciáveis João Doria (PSDB), Ciro Gomes (PDT), Simone Tebet (MDB) e Alessandro Vieira (Cidadania) defenderam uma aproximação entre os



lados antagônicos do espectro político e fizeram comparações sobre a mobilização atual com o movimento das Diretas Já, na redemocratização.

A agenda unificada será discutida em uma reunião, nesta quarta-feira, com representantes de 9 partidos de oposição em Brasília. Pelo desenho inicial, siglas e grupos à esquerda planejam fazer uma manifestação nacional mais ampla que as anteriores em 2 de outubro. Conduzem a preparação desse protesto PT, PSOL, PSB, PDT, PCdoB, Cidadania, Solidariedade, UP e Rede.

Para o coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP) e um dos líderes da cam-

panha nacional Fora Bolsonaro Raimundo Bonfim, Doria, Mandetta, Ciro e Tebet “partidarizaram” o ato na Paulista, algo que, segundo ele, o ex-presidente Lula não teria feito.

“Esse ato foi construído com o objetivo de isolar (a esquerda). O MBL não tem legitimidade para ser porta-voz de um movimento como as Diretas Já”, disse Bonfim.

Do lado da direita, também há resistências à união. O mote “nem Lula, nem Bolsonaro” não foi aposentado, como chegou a ser anunciado pelos organizadores. Para o deputado estadual Arthur do Val, o “Mamãe Falei”, do MBL, não existe interesse em uma composição com

o PT: “Nem da parte deles, nem da nossa”. O deputado estadual José Américo (PT), membro da Executiva Nacional do PT, avalia como “positiva” a manifestação deste domingo. Mas diz que é preciso certa “maturidade” de alguns dos movimentos que estiveram na Avenida Paulista antes de o partido do presidente Lula se juntar as fileiras.

“Esta é uma primeira tentativa de unificar os movimentos”, afirmou Magno Karl, diretor do Livres. Ele disse que conta com a adesão de outras organizações para que o movimento cresça, incluindo siglas de esquerda como o PT. “Espero que isso aconteça, mas respeito a estratégia eleitoral diferente”.

ECONOMIA

Orçamento de 2021 prevê R\$ 4 bi para constituição de nova estatal, diz Economia

O Ministério da Economia informou ontem, 13, que o Orçamento de 2021 prevê R\$ 4 bilhões para a constituição da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBpar), nova estatal criada ontem, 13, por decreto presidencial que, depois da privatização da Eletrobras, passará a administrar a Eletronuclear, que controla as usinas de Angra, no Rio de Janeiro, e a Itaipu Binacional, no Paraná.

De acordo com a pasta, os recursos serão utilizados para que a estatal adquira o controle da Eletronuclear e a parte da Eletrobras no capital de Itaipu.

“Por previsão constitucional, ambas não podem ser privatizadas: a primeira, devido ao monopólio da União sobre as

atividades nucleares; e a segunda, em razão do Tratado de Itaipu, assinado entre Brasil e Paraguai, em 1973. Por esse motivo, a criação da empresa está prevista na própria lei de capitalização da Eletrobras”, explica o ministério em nota.

“A criação da nova estatal é uma das etapas previstas pelo cronograma de capitalização da Eletrobras e está condicionada à efetiva privatização da empresa. Dessa maneira, estamos dando prosseguimento ao processo para que a perda do controle acionário da União e a emissão das ações ocorram até fevereiro do próximo ano”, diz o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, na nota.

Equipe econômica está aberta a ‘outros modelos’ para precatórios, diz Bittencourt

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, disse que a equipe econômica está aberta a “outros modelos” que solucionem a questão do grande volume de precatórios a ser pago em 2022. Em evento da Genial Investimentos ontem, ele defendeu que a PEC enviada pelo governo ao Congresso é a “melhor alternativa”, mas disse ver vantagens, por exemplo, na discussão que está sendo feita no CNJ de criar um teto anual para o pagamento dessas despesas. “A Proposta do CNJ tem a vantagem de não precisar passar pelo processo de votação de uma emenda constitucional. Poderia ser uma boa alternativa também”, afirmou Bittencourt. “Se outro modelo para precató-

rios vier a ser entendido como melhor, estamos abertos.”

Ele ponderou que a PEC tem mais flexibilidade e inclui outras questões, como um encontro de contas entre governo federal e Estados e municípios, enquanto a solução do CNJ é mais restrita.

Teto de gastos - O secretário do Tesouro Nacional disse que a retirada do pagamento de precatórios do teto de gastos não representaria um descontrole de despesas. Ele lembrou que há “procedimentos consolidados” para se retirar um gasto do teto, que teria que ser corrigido pelo valor de 2016. “Hipoteticamente, se for retirado precatório do teto, o espaço não é infinito. Não é daí que vem descontrole de despesa”, afirmou.

Para privatizar Eletrobras, Bolsonaro cria a estatal ENBpar

Em continuidade ao plano de privatizar a Eletrobras, o presidente Jair Bolsonaro editou um decreto para criar uma estatal, a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional, a ENBpar. A nova empresa pública será responsável por assumir a Eletronuclear e Itaipu Binacional, que devem seguir sob controle da União após o repasse da estatal para a iniciativa privada. O documento foi publicado no Diário Oficial de ontem, 13. Segundo a nota da Secretaria-Geral, a criação da estatal, que será organizada sob a forma de sociedade anônima e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), “viabiliza a desestatização da Eletrobras”. Recentemente, o presidente da estatal, Rodrigo Limp, afirmou que a previsão é de que a operação seja realizada em fevereiro de 2022, mas não descartou que haja um plano B se algo sair fora do programado. A criação da empresa pública está prevista na Medida Provisória aprovada pelo Congresso que permite a privatização da Eletrobras A legislação exige que a União mantenha sob o controle, direto ou indireto, às empresas, instalações e participações detidas ou gerenciadas pela Eletronuclear e pela Itaipu. O Tratado de Itaipu não permite mudanças que não tenham

sido aprovadas pelo Paraguai, que detém metade da usina, enquanto a exploração nuclear é atividade exclusiva da União, conforme determina a Constituição.

“Ela (a lei) autoriza ainda a criação da ENBpar com a finalidade de garantir a manutenção sob o controle da União da operação de usinas nucleares, bem como a titularidade do capital social e a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu Binacional por entidade da administração pública federal, para atender ao disposto no Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países”, diz a Secretaria-Geral. A empresa ainda será responsável por administrar os bens da União sob administração da Eletrobras e por gerir os contratos de financiamento que utilizaram da Reserva Global de Reversão celebrados até novembro de 2016. A estatal também irá administrar a conta corrente do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, o Procel, e os contratos de comercialização de energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, o Proinfa.

Petrobrás e Gerdau assinam contrato para fornecimento de gás no mercado livre

A Petrobrás e a Gerdau assinaram contrato para fornecimento de gás natural no mercado livre para a unidade da siderúrgica em Ouro Branco, Minas Gerais. Esta é a primeira migração contratual de um cliente da estatal do mercado cativo para o ambiente da livre comercialização, informou nesta segunda-feira, 13, a Petrobrás.

Segundo a estatal, o contrato é um marco no processo de abertura do mercado de gás natural do Brasil.

O contrato entre as duas empresas faz parte da carteira de novos produtos lançados este ano pela Petrobrás, diversificando as condições comerciais e possibilitando uma melhor gestão do portfólio de compra de

gás natural. Conforme a Petrobrás, o contrato com a Gerdau representa a indexação de um mix de produtos com vigência até 2025.

A estatal destacou ainda, que o contrato oferece segurança de fornecimento para a Gerdau. O início da entrega do insumo será em 1º de janeiro de 2022.

“Essa parceria com a Petrobrás coroa a estratégia da Gerdau de buscar o desenvolvimento e suprimento do mercado de gás no Brasil. Dessa forma, entendemos que com o mercado desenvolvido, mais players seguirão na mesma direção e novas oportunidades surgirão”, afirmou em nota o gerente geral de Suprimentos da Gerdau, Vinicius Moura.

Previsão de alta do PIB de 2021 cai de 5,15% para 5,04% no Focus do BC

Os economistas do mercado financeiro alteraram suas projeções para o PIB em 2021. Conforme o Relatório de Mercado Focus do Banco Central, a expectativa para a economia este ano passou de alta de 5,15% para elevação de 5,04%. Há quatro semanas, a estimativa era de 5,28%.

Para 2022, o mercado financeiro alterou a previsão do PIB de crescimento de 1,93% para 1,72%. Quatro semanas atrás, estava em 2,04%.

Para 2023, a projeção de crescimento voltou a cair, de 2,35% para 2,30%. Há um mês atrás, estava em 2,50%.

A expectativa para a produção industrial de 2021 foi de 6,28% para 6,09%. Há um mês, estava em elevação de 6,43%.

No caso de 2022, a estimativa de crescimento da produção industrial passou de 2,01% para 2,00%, ante 2,20% de quatro semanas antes.

Balança - Os economistas do mercado financeiro alteraram também a projeção para a balança comercial em 2021 na pesquisa Focus, de superávit comercial de US\$ 70,80 bilhões para US\$ 71,00 bilhões.



A expectativa para a produção industrial de 2021 foi de 6,28% para 6,09%.

Um mês atrás, a previsão era de US\$ 69,70 bilhões. Para 2022, a estimativa de superávit seguiu em US\$ 63,00 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 62,80 bilhões.

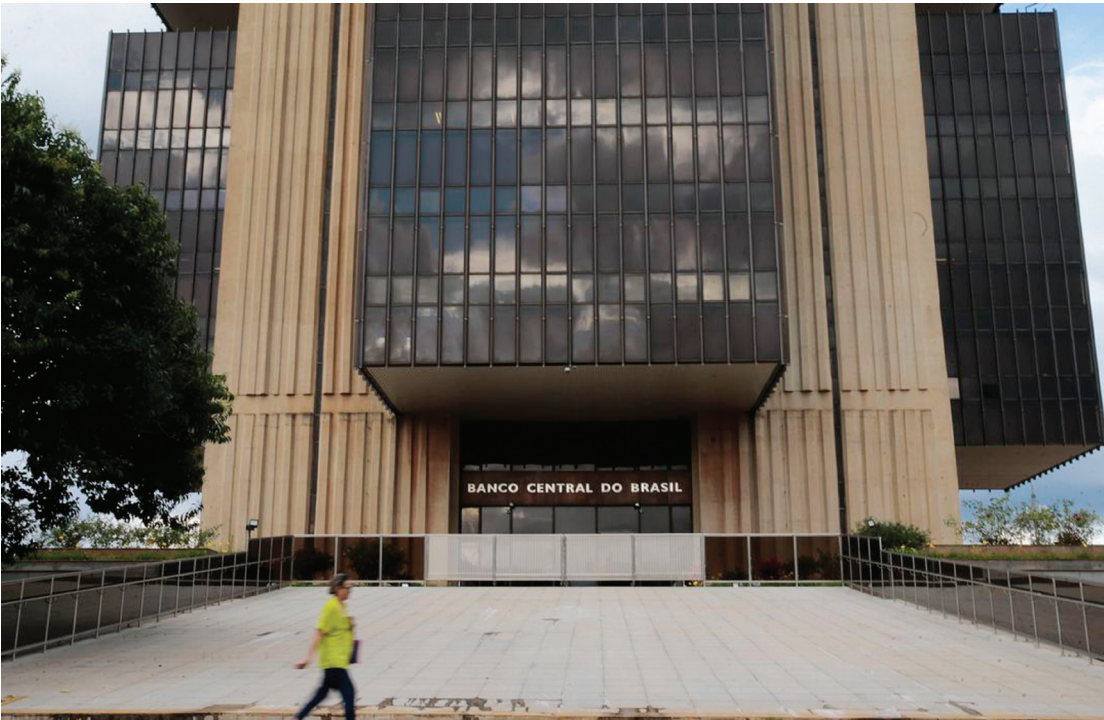
No caso da conta corrente do balanço de pagamentos, a previsão contida no Focus para 2021 passou de déficit de

US\$ 1,15 bilhão para US\$ 1,58 bilhão, ante resultado “zero” de um mês antes.

Para 2022, a projeção de rombo nas contas externas passou de US\$ 15,00 bilhões para US\$ 18,10 bilhões. Um mês atrás, o déficit projetado era de US\$ 14,30 bilhões. Para os analistas consultados

semanalmente pelo BC, o ingresso de Investimento Direto no País (IDP) será suficiente para cobrir o resultado deficitário nestes anos. A mediana das previsões para o IDP em 2021 foi de US\$ 54,00 bilhões para US\$ 51,15 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 54,00 bilhões.

Instituições financeiras elevam estimativa de inflação para 8%



A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, subiu, novamente, de 7,58% para 8%, neste ano. É a 23ª elevação consecutiva na projeção. A estimativa está no boletim Focus de ontem (13), pesquisa divulgada

semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de inflação é de 4,03%. Para 2023 e 2024, as previsões são de 3,25% e 3,03%, respectivamente.

A projeção para 2021 está acima da meta de inflação que

deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

Em agosto, puxada pelos combustíveis, a inflação subiu

0,87%, a maior inflação para o mês desde o ano 2000, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com isso, o indicador acumula altas de 5,67% no ano e de 9,68% nos últimos 12 meses, o maior acumulado desde fevereiro de 2016, quando o índice alcançou 10,36%.

Taxa de juros - Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 5,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic encerre 2021 em 8% ao ano. Para o fim de 2022, a estimativa é de que a taxa básica fique nesse mesmo patamar. Tanto para 2023 como para 2024, a previsão é 6,5% ao ano.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas podem dificultar a recuperação da economia.

Conselho Curador do FGTS aprova aumento no teto de imóvel do Casa Verde e Amarela

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou ontem, 13, de forma unânime, uma reforma no Casa Verde e Amarela (novo nome do Minha Casa Minha Vida) para fazer frente à disparada da inflação das obras. O conselho aprovou um aumento generalizado nos valores máximos das casas e apartamentos comercializados dentro do programa habitacional. O reajuste será de 10% empreendimentos dentro de capitais e regiões metropolitanas; 15% para cidades com 50 mil e 100 mil habitantes; e 10% para as localidades entre 20 mil e 50 mil habitantes. Já as cidades com menos de 20 mil habitantes não terão reajuste.

A última alteração ampla nos tetos do programa aconteceu em fevereiro de 2017. Depois disso, aconteceram apenas ajustes pontuais. A decisão do conselho curador do FGTS atendeu um pleito da indústria imobiliária, que passou a cancelar empreendimentos dentro do Casa Verde e Amarela alegando que as margens não ficavam mais de pé com a escalada dos custos dos materiais. O INCC acumulou dos últimos 12 meses chegou ao recorde de 17,3%.

O conselheiro Abelardo Campoy Dias, representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC),

disse durante o encontro que a medida atende apenas parcialmente o setor imobiliário, mas é considerada positiva. “Embora o reajuste não seja suficiente para cobrir a alta dos insumos, traz um certo equilíbrio e permite ao setor retomar projetos que tinham ficado inviáveis”, avaliou. “Embora não atenda totalmente os anseios do setor da construção, ele é muito bem-vindo”, acrescentou.

Na mesma reunião nesta segunda-feira, o conselho curador do FGTS também aprovou de forma unânime o aumento de 0,25% do subsídio concedido para diminuir o valor das prestações para os mutuários com renda familiar mensal de até R\$ 2 mil, enquadrados no grupo 1 (antiga faixa 2 do Minha Casa Minha Vida).

O conselheiro Daniel Ferreira, representante do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), reconheceu que esse esforço do fundo na concessão do subsídio é pequeno para ajudar as famílias de baixa renda. “São pequenos acréscimos no desconto, então entendemos que estamos mantendo as condições de contratação.”

Ainda assim, a ampliação desse subsídio a fundo perdido terá impacto na ordem de R\$ 460 milhões sobre o FGTS considerando um aumento de 5% no volume total de contratações.

FMI anuncia nomeação de Ilan Goldfajn como diretor de departamento

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, anunciou ontem, 13, a nomeação do ex-presidente do Banco Central Ilan Goldfajn como diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do órgão. O brasileiro assumirá o cargo, hoje ocupado pelo mexicano Alejandro Werner, em 3 de janeiro de 2022.

Em nota divulgada pelo FMI, Georgieva diz que está satisfeita com a nomeação.

“Ele tem uma experiência impressionante nos setores público e privado e é altamente respeitado como acadêmico”, escreveu a diretora do fundo. A líder também elogiou o histórico de Goldfajn como formulador de políticas, comunicador e seu “profundo” conhecimento como executivo financeiro internacional.

Atualmente, Goldfajn atua como presidente do Conselho do Credit Suisse Brasil. O economista presidiu o BC de maio de 2016 a fevereiro de 2019, indicado pelo ex-presidente Michel Temer.

No comunicado divulgado nesta segunda-feira, Georgieva resalta que, durante sua gestão no BC, Goldfajn supervisionou a implementação de mudanças

regulatórias que, na avaliação dela, estimularam a inovação e a digitalização, com o crescimento das fintechs no Brasil.

Georgieva também destaca que Goldfajn trabalhou como economista no FMI de 1996 a 1999. “Estou muito satisfeita que Ilan esteja retornando para nós neste momento crucial, e que poderemos nos beneficiar de sua experiência excepcional à medida que continuamos a ajudar os países da região a construir economias mais resilientes e inclusivas.”

O Credit Suisse Brasil confirmou, por meio de um comunicado à imprensa, que Goldfajn deixará o cargo de presidente do Conselho em 31 de dezembro. Ele será substituído por Ana Paula Pessoa, que faz parte do Conselho desde 2018.

“Estou deixando o Credit Suisse para seguir a minha vocação que é a de contribuir com a sociedade em um cargo público, desta vez em uma organização internacional. A economia mundial vive um momento muito desafiador, agravado pela pandemia da covid-19, e a oportunidade de colaborar a partir dessa posição no FMI me deixa entusiasmado”, diz Ilan na nota publicada pelo banco.

INTERNACIONAL

Chega a Cabul primeiro voo comercial após controle do país por talibãs

Aterrisou ontem (13) em Cabul o primeiro avião comercial estrangeiro desde que os talibã tomaram o poder. Depois da retirada de milhares de pessoas, nas duas últimas semanas, por militares da força conjunta americana e Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), os talibãs estão tentando fazer com que o Aeroporto Internacional de Cabul retome as operações.

“Quase não havia ninguém no avião, cerca de 10 pessoas, talvez mais funcionários do que passageiros”, disse um jornalista da AFP a bordo do voo da Pakistan International Airways (PIA) procedente de Islamabad.

Um ônibus com a mensagem “Bem-Vindo ao Afeganistão” esperava os passageiros.

“Este é um grande momento. Estamos muito animados”, disse um funcionário do aeroporto, vestido com um colete laranja fluorescente. “É um dia de esperança. Talvez outras companhias aéreas vejam isso e decidam voltar.”

O Aeroporto Internacional Hamid Karzai ficou parcialmente destruído com a chegada dos talibãs. Durante as semanas de caos, mais de 120 mil pessoas tentaram sair do país.



Os talibãs prometeram que deixariam sair livremente do país os afegãos com documentação prévia e que desejassem partir.

Os corredores de passageiros, pontes aéreas e várias infraestruturas ficaram danificadas. Os talibãs contam agora com a assistência técnica do Catar e outras ajudas internacionais para retomar o tráfego de voos comerciais estrangeiros. A volta de voos civis po-

derá ser um teste. Os talibãs prometeram que deixariam sair livremente do país os afegãos com documentação prévia e que desejassem partir, depois de os países da Otan e os Estados Unidos não conseguirem retirar todas as pessoas antes do prazo acordado. A Catar Airways tem

operado vários voos charter para transportar tanto afegãos quanto cidadãos estrangeiros que ficaram para trás. A maioria, formada de familiares de funcionários de organizações internacionais como o Banco Mundial, esperam viajar para Islamabad, a capital paquistanesa.

Pentágono: novo míssil norte-coreano ameaça comunidade internacional



A Coreia do Norte executou com sucesso teste com novo “míssil de cruzeiro de longo alcance” no fim de semana.

O Pentágono disse ontem (13), em nota, que o lançamento de um novo míssil de cruzeiro de longo alcance pela Coreia do Norte representa “uma

ameaça” aos países vizinhos e à comunidade internacional.

Segundo o comunicado, a atividade mostra o desenvolvimento contínuo do programa

nuclear da Coreia do Norte e as ameaças que isso representa para os vizinhos e para a comunidade internacional”, afirmou o Pentágono.

Os Estados Unidos (EUA) “vão continuar a acompanhar a situação e a consultar de perto os seus aliados e parceiros”, acrescentou, na nota, o Comando Indo-Pacífico norte-americano.

Os EUA reiteraram ainda o compromisso, “resistente a todas as provas”, de defender a Coreia do Sul e o Japão contra Pyongyang.

Cerca de 28,5 mil soldados norte-americanos estão no sul da península.

A Coreia do Norte executou com sucesso teste com novo “míssil de cruzeiro de longo alcance” no fim de semana, anunciou a agência oficial de notícias norte-coreana KCNA.

Os disparos do teste, feito no sábado e no domingo, ocorreram na presença de autoridades norte-coreanas, informou a KCNA, que também confirmou o êxito dos ensaios.

Os mísseis percorreram trajetória de 1,5 mil quilômetros, antes de atingir o alvo, não especificado pela agência.

Afegãos universitários deverão usar véu e não estudarão com homens, ordena Taleban

O Taleban vai permitir que as afegãs estudem nas universidades, desde que separadas dos homens e com vestimentas determinadas, confirmou domingo, 12, o ministro do Ensino Superior do novo regime afegão. Além disso, o grupo vai rever o conteúdo que poderá ser ensinado a mulheres.

“Nossos combatentes assumiram suas responsabilidades” ao reconquistar o poder, disse Abdul Baqui Haqqani em entrevista coletiva em Cabul, na qual destacou a importância do sistema universitário.

“A partir de agora, a responsabilidade pela reconstrução do país cabe às universidades. E estamos esperançosos, porque o número de universidades aumentou consideravelmente” em

comparação com a época do primeiro regime taleban (1996-2001), afirmou.

Haqqani confirmou que o governo vai proibir as aulas mistas nas universidades porque, segundo ele, a educação mista foi imposta pelo governo pró-Ocidente dos últimos 20 anos apesar do fato das universidades solicitarem aulas separadas para mulheres e homens “Isso não representa nenhum problema para nós. São muçulmanos e vão aceitar isso. Decidimos separar (homens e mulheres) porque as classes mistas são contrárias aos princípios do Islã e às nossas tradições”, disse.

Além disso, o ministro taleban explicou que o conteúdo de ensino para as mulheres será revisado, mas não detalhes.

Banco Mundial: mudança climática pode deslocar 216 milhões de pessoas até 2050

A mudança climática pode forçar 216 milhões de pessoas a migrar dentro de seus próprios países até 2050.

O potencial cada vez mais potente da crise do clima sobre a migração foi apontado pelo relatório Groundswell, atualizado e publicado pelo Banco Mundial ontem, 13.

Em 2018, a previsão era de que 143 milhões de pessoas migrariam internamente no Sul Asiático, na América Latina e na África Subsaariana. Agora, a região do Pacífico, Leste e Centro da Ásia, o Norte da África e a Europa Central foram incorporados ao estudo.

A escala de migração pode ser reduzida em até 80%, a 44 milhões de pessoas até 2050,

desde que ações imediatas e certas sejam tomadas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, afirma o Banco Mundial. Apoio ao desenvolvimento “verde, inclusivo e resiliente” também é necessário.

Segundo a publicação, pontos críticos de migração podem surgir já em 2030 e aumentar ao longo de duas décadas.

Até 2050, no pior dos cenários, a África Subsaariana lidaria com 86 milhões de migrantes internos por causa do clima. O Leste e Pacífico Asiático, com 49 milhões; o Sul Asiático, com 40 milhões; o Norte da África, com 18 milhões; a América Latina, com 17 milhões; e a Europa Oriental e a Ásia Central, com 5 milhões.

Estados Unidos liberam documentos sigilosos sobre o 11 de setembro

O Bureau Federal de Inteligência dos Estados Unidos (FBI, na sigla em inglês) divulgou no sábado (11) o primeiro documento relacionado à investigação dos ataques de 11 de setembro de 2001 e às alegações de apoio do governo saudita aos sequestradores, após uma ordem executiva do presidente norte-americano, Joe Biden.

Parentes das vítimas haviam pedido a Biden que não comparecesse aos eventos memoriais para marcar o 20º aniversário no sábado caso ele não divulgasse os documentos que eles afirmam que mostram que autorida-

des da Arábia Saudita apoiaram os atentados. O documento de 16 páginas parcialmente editado e divulgado pelo FBI expôs contatos entre os sequestradores e associados sauditas, mas nenhuma evidência de que o governo em Riade foi cúmplice dos ataques, que mataram quase três mil pessoas.

A Arábia Saudita afirma que não teve nenhum papel nos ataques. A embaixada saudita em Washington não respondeu imediatamente a um pedido de comentários feito pela agência de notícias Reuters, enviado na noite de sábado.

Novas tecnologias ajudam terrorismo a ampliar seu alcance

Logo após o 11 de Setembro, o Ocidente, em especial o governo americano, se viu diante de um novo inimigo: Osama Bin Laden. Ao longo de 20 anos, a Al-Qaeda perdeu força, Bin Laden foi morto, mas a disseminação da ideologia jihadista continua forte, principalmente com o uso de redes sociais e celulares. Os grupos terroristas continuam se espalhando, principalmente em países da África e da Ásia, e derrotá-los não é tarefa simples.

“Os ataques do 11 de Setembro mostraram aos grupos terroristas o que era possível fazer e, por muitos anos depois, eles tentaram replicar isso. Eventualmente, concluíram que repetir o 11 de Setembro não seria fácil, mas a inspiração continua”, disse ao Estadão Graeme Wood, professor de ciência política em Yale e autor do livro A Guerra do fim dos tempos: o Estado Islâmico e o mundo que ele quer.

Se algo mudou desde então, é que o Taleban retomou o poder no Afeganistão após a retirada das tropas dos EUA, mas a proteção dada pelo grupo a organizações terroristas se tornou mais difícil. “Embora a ocupação americana (no Afeganistão) seja tratada como um fracasso,

ela conseguiu algo importante. Antes, o Taleban não hesitava em encorajar a Al-Qaeda, que planejava ataques contra os EUA. Agora, o Taleban sabe que deve ser cauteloso sobre isso ou os EUA vão retaliar. A chance de outra invasão é baixa, mas a reação seria mais séria do que ter alguns mísseis atirados contra eles”, disse Wood.

“O foco da Al-Qaeda, inicialmente, era afastar o Ocidente, em especial os EUA, do mundo muçulmano. Por isso uma série de atentados contra os EUA, com o 11 de Setembro sendo o ponto máximo. Depois disso, ela passou a ser o grande alvo e perdeu bastante capacidade de articulação, mas ainda tem presença em vários países”, disse o coordenador do Núcleo de Estudos e Negócios do Oriente Médio da ESPM, Gunther Rudzit. “Hoje, a Al-Qaeda continua muito presente, principalmente na região do Magreb.”

Segundo Rudzit, um integrante da Al-Qaeda ainda é preocupante para governos ocidentais. Ayman al-Zawahiri fez parte da formação inicial do grupo, foi braço direito de Bin Laden e é o cérebro por trás da rede terrorista.

ONU cita preocupação com ataques a indígenas e ações contraterroristas no Brasil

A alta-comissária da Organização das Nações Unidas (ONU) para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, afirmou nesta segunda-feira, 13, em discurso na Suíça, estar “alarmada” com o projeto de lei de contraterrorismo em tramitação na Câmara dos Deputados. De autoria do deputado bolsonarista Major Vitor Hugo (PSL-GO), a proposta pode, na avaliação da ex-presidente chilena, ampliar excessivamente o alcance de ações contraterroristas no País.

A proposta do parlamentar governista e as invasões de terras indígenas por garimpeiros na Amazônia colocaram o Brasil entre os países que despertam preocupação da ONU para violações de DH.

Bachelet disse que ela e seus auxiliares na ONU estão preocupados com termos usados na redação do projeto de Vitor Hugo. Seriam, segundo ela, “excessivamente vagos e abrangentes”, representando “riscos de abuso, particularmente contra ativistas sociais e defensores de direitos humanos”. A advertência foi feita no primeiro dia de uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Ocorre na mesma semana em que uma comissão especial na Câmara votará a proposta. O texto recebeu parecer favorável

do relator, Delegado Sanderson (PSL-RS).

O projeto expande além das ações tipificadas como terrorismo o campo de crimes que pretende reprimir. Também poderia ser enquadrado na futura nova lei qualquer ato que fosse “perigoso para a vida humana ou potencialmente destrutivo a alguma infraestrutura crítica, serviço público essencial ou recurso-chave”. A proposta também cria uma Autoridade Nacional Contraterrorista. Para entrar em vigor, o texto deve ser aprovado pela Câmara e pelo Senado e também sancionado pelo presidente da República.

A representante da ONU também alertou para possíveis mudanças nas regras de demarcação das terras indígenas. Bachelet lembrou que, enquanto a tese do “marco temporal” está em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), um projeto sobre o tema tramita no Congresso. O texto sugere que demarcações sejam permitidas apenas quando ficar comprovado que indígenas ocupavam o território na data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988.

“Tentativas de legalizar a entrada de negócios nos territórios indígenas, e limitar a demarcação de terras indígenas

- notadamente via projeto de lei em debate na Câmara dos Deputados -, são também motivo de séria preocupação”, disse Bachelet. Ela ressaltou que o País é signatário de uma convenção na qual se compromete com a proteção dos povos indígenas. “Peço às autoridades para reverter as políticas que afetam povos indígenas e que se abstenham de se retirar da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), sobre Povos Indígenas e Tribais.”

Não é a primeira vez que a entidade demonstra preocupação com direitos humanos no Brasil. Em maio deste ano, após uma operação policial matar 28 pessoas da favela do Jacarezinho, no Rio, o Escritório de Direitos Humanos da ONU pediu uma investigação independente e imparcial para esclarecer as suspeitas de abuso.

Em junho, o gabinete do alto-comissariado também divulgou uma nota expressando preocupação com ataques de garimpeiros a terras Mundurucu e Yanomami. Ao menos duas crianças foram mortas. A entidade pediu que o governo brasileiro investigasse o caso e punisse os autores.

Embates públicos - Em seu discurso no primeiro dia de uma sessão do Conselho de Direitos

Humanos da ONU em Genebra, a alta-comissária abordou brevemente a situação em mais 30 países. Eles são acompanhados mais de perto pelo alto-comissariado para DH. Afeganistão, Sudão, Nicarágua e Venezuela estão entre as nações que devem dominar as discussões.

Bachelet já protagonizou embates públicos com o presidente Jair Bolsonaro. Em setembro de 2019, ela disse em uma entrevista que o “espaço democrático” no Brasil estava encolhendo. Bolsonaro respondeu com ataques à ex-presidente e ao pai dela, Alberto Bachelet, que foi torturado e morto pela ditadura de Augusto Pinochet. Bolsonaro disse que o golpe militar no Chile “deu um basta à esquerda” no país, “entre esses comunistas o seu pai”, brigadeiro à época. Michelle Bachelet também foi torturada pelo governo Pinochet.

A declaração provocou constrangimento diplomático. O presidente chileno Sebastián Piñera, à época considerado aliado de Bolsonaro, interveio. Disse em pronunciamento que não compartilhava da “alusão feita pelo presidente Bolsonaro a uma ex-presidente do Chile e, especialmente, num assunto tão doloroso quanto a morte de seu pai”.

CONTEXTO JURÍDICO

Barroso reafirma segurança de urnas eletrônicas durante testes no RJ

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, garantiu a segurança da votação através de urnas eletrônicas. Ele acompanhou, domingo (12), a auditoria da votação eletrônica dos pleitos suplementares no estado do Rio de Janeiro, nos municípios de Silva Jardim e Santa Maria Madalena.

“O sistema é absolutamente seguro. Ele está em aplicação desde 1996 e jamais se documentou qualquer tipo de fraude. De modo que nós não temos preocupação nessa matéria. Porém, é fato que criou-se, na minha visão artificialmente, numa pequena minoria da população, algum grau de

desconfiança. E, portanto, as instituições públicas devem ser responsivas às demandas da sociedade. Portanto, nós aumentamos a interlocução com a sociedade para demonstrar a transparência, segurança e auditabilidade do sistema”, disse o presidente do TSE. Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Barroso foi perguntado pelos jornalistas, durante coletiva de imprensa, sobre os últimos acontecimentos na área política, envolvendo o presidente Jair Bolsonaro, mas evitou entrar em detalhes: “Eu só respondo as questões institucionais. As pessoais, eu trato com absoluta indiferença. O resto é política, não me interessa”, concluiu o ministro.

STF mantém validade de taxa de classificação de produtos vegetais

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a validade da cobrança da Taxa de Classificação de Produtos Vegetais, instituída pelo Decreto-Lei 1.899/1981 e regulamentada pela Portaria Interministerial 531/1994. Por unanimidade, o colegiado negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 695408.

Cobrança - No recurso, a Moinho Motrisa S.A., de Alagoas, questionava decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) que manteve a cobrança da taxa sobre a importação de trigo em grãos, com o fundamento de que a base de cálculo e a alíquota fixadas na portaria de 1994 são menores do que o originalmente estipulado no decreto-lei. A

empresa argumenta que a cobrança violaria os princípios constitucionais da indelegabilidade e da estrita legalidade tributária, pois não seria possível, após a promulgação da Constituição de 1988, exercer a delegação legislativa prevista no Decreto-Lei 1.899/1981 e, por este motivo, o tributo não poderia mais ser exigido.

Elementos essenciais - Em seu voto, a relatora, ministra Rosa Weber, afirmou que o entendimento do TRF-5 está de acordo com a jurisprudência do Supremo no sentido da constitucionalidade da taxa, pois o decreto-lei estabeleceu todos os elementos essenciais à sua instituição: fato gerador, sujeito passivo, base de cálculo e alíquota.

Oposição contesta decreto que altera regras de captação de recursos pela Lei Rouanet

Seis partidos políticos de oposição acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Decreto 10.755/2021, que regulamenta a Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet) e estabelece nova sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 878 é o ministro Edson Fachin, que pediu a manifestação da Presidência da República, do advogado-geral da União e do procurador-geral da República.

Os autores da ação - Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil

(PCdoB), Partido Socialismo e Liberdade (PSB) e Rede Sustentabilidade - alegam que o novo decreto altera, de forma autoritária e inconstitucional, a sistemática de análise dos projetos apresentados por meio da Lei Rouanet, que institui o Pronac, excluindo das finalidades da legislação a menção expressa ao combate a discriminações e preconceitos, por exemplo.

Segundo os partidos, com as alterações promovidas pelo decreto, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) deixa de ser órgão de deliberação colegiada definidora dos projetos culturais financiados ou apoiados com recursos captados através da lei para tornar-se instância recursal, sem capacidade deliberativa.

Ministro Nunes Marques atende PGR e arquiva notícia-crime contra deputados federais

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e determinou o arquivamento de notícia-crime apresentada contra os deputados federais Marcelo Freixo (PSOL-RJ), Helder Salomão (PT-ES), Alexandre Frota (PSDB-SP), Paulo Pimenta (PT-RS) e Joice Hasselmann (PSL-SP) por mensagens em redes sociais supostamente ofensivas ao presidente da República, Jair Bolsonaro. Na decisão, o ministro esclareceu que somente o próprio presidente e o ministro da Justiça têm legitimidade para iniciar a perseguição penal em casos de crime de injúria contra o chefe do Poder Executivo Federal.

Crime contra a honra - A notícia-crime foi apresentada na Petição (PET) 9463 por

Gilvan Aguiar Costa, vereador de Vitória (ES), que alegava a prática de infrações previstas na Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983) e do delito de injúria contra a honra de Bolsonaro, do Supremo Tribunal Federal e de seus ministros.

Ele pedia a juntada da queixa-crime ao Inquérito 4781, que apura notícias fraudulentas, ameaças e outros ataques à Corte, e a prisão em flagrante dos parlamentares.

Ilegitimidade - Ao acolher o pedido da PGR e negar seguimento à petição, o ministro considerou a ilegitimidade do vereador para iniciar a perseguição penal relativa a crimes contra a honra do presidente da República e, ainda, a incidência da imunidade material dos parlamentares no que diz respeito à imputação de crimes previstos na Lei de Segurança Nacional.

STF mantém tramitação de projeto de lei do novo Código Eleitoral

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve o regime de urgência da tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 112/2021, que prevê a instituição do chamado novo Código Eleitoral.

Em decisão unânime, o colegiado indeferiu o pedido de liminar no Mandado de Segurança (MS) 38199, impetrado por parlamentares do Partido Novo, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Podemos.

A análise ocorreu em sessão virtual extraordinária, convocada pelo presidente do STF, ministro Luiz Fux, a pedido do ministro Dias Toffoli, relator do caso, encerrada às 23h59 desta quarta-feira (8).

(Foto: EBC)



Em seu voto, o ministro Toffoli observou que o controle preventivo de constitucionalidade de projetos de lei pelo STF é medida excepcional.

respeitada a proporcionalidade partidária e que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (artigos 205 a 211) impede expressamente a tramitação de código em regime de urgência.

Matéria interna - Em seu voto, o ministro Toffoli observou que o controle preventivo de constitucionalidade de projetos de lei pelo STF é medida excepcional, somente admissível quando houver vício formal no processo legislativo constitucional (que se evidencia antes mesmo da aprovação do projeto de lei ou da proposta de emenda) ou quando a proposta legislativa

tiver como objetivo abolir cláusula pétrea da Constituição Federal. Em diversos precedentes, o Supremo se manifestou pela impossibilidade de interferir em matéria interna das Casas Legislativas se não for demonstrada violação a preceito ou à garantia constitucional.

Simplificação - O relator destacou que, segundo as informações prestadas pela Câmara dos Deputados, o PLP 112/2021 busca sistematizar e consolidar, num único diploma, a legislação eleitoral, processual eleitoral e partidária brasileira, que está hoje dispersa em diversas leis, dificultando a

compreensão, pelo cidadão, das normas legais relativas a seus direitos políticos.

Na avaliação do relator, a consolidação das normas eleitorais visa à racionalização e à simplificação do ordenamento jurídico sobre o tema, atributos essenciais à concretização do princípio da segurança jurídica, e não pode ser confundida com a codificação.

Toffoli lembrou que, em nenhum momento, a Constituição de 1988 menciona a necessidade de um Código Eleitoral, mas apenas estabelece a exigência de lei complementar em determinadas matérias eleitorais.

Lewandowski libera contratação de empréstimo de US\$ 38 milhões para projeto de gestão fiscal da PB



Ao deferir liminar em favor do estado, ministro afastou portaria do Ministério da Economia que vedava concessões de garantias da União a operações de crédito.

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu regra de portaria do Ministério da Economia e permitiu o prosseguimento de processo sobre a concessão de garantia da União

à operação de crédito entre o Estado da Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao Projeto de Modernização da Gestão Fiscal estadual (Profisco II/PB). O ministro concedeu tutela pro-

visória na Ação Cível Originária (ACO) 3521.

Confiança legítima - Na ação, o Estado da Paraíba explica que obteve da Secretaria do Tesouro Nacional manifestação técnica favorável, com nota

Ministro Edson Fachin autoriza regime semiaberto a Geddel Vieira Lima

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu progressão para o regime semiaberto ao ex-deputado federal Geddel Vieira Lima, condenado pela Segunda Turma da Corte nos autos da Ação Penal (AP) 1030.

Ao analisar o pedido de defesa, o ministro verificou que o apenado preencheu os requisitos legais de cumprimento de um sexto da pena e de bom comportamento para a progressão, bem como comprovou o pagamento da pena de multa no valor R\$ 1,7 milhão.

Condenação - Geddel foi condenado pela Segunda Turma, inicialmente, à pena de 14 anos e 10 meses de reclusão e 106 dias-multa, em regime inicial fechado, pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa. Mas, em decisão tomada no mês passado, o colegiado, por maioria, acolheu embargos de declaração da defesa e excluiu da condenação o crime de associação criminosa e o pagamento de indenização por danos morais coletivos.

Prisão domiciliar - Em julho do ano passado, foi deferido pelo então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, pedido de prisão domiciliar humanitária a Geddel. Na ocasião, o ministro levou em consideração laudo médico fornecido pela Secretaria de Administração Penitenciária da Bahia atestando que o apenado integra o grupo de risco para a covid-19, apresentando fragilizado estado de saúde e risco real de morte. Agora, por meio de petição nos autos, a Procuradoria-Geral da República (PGR), em razão do avanço da imunização da população contra a covid-19, requereu a revogação da prisão domiciliar deferida ao ex-parlamentar.

Cálculo da pena - Diante da decisão da Segunda Turma que alterou a condenação de Geddel, o relator determinou que o juízo da 2ª Vara de Execuções Penais de Salvador, a quem foi delegada a supervisão da execução, proceda ao cálculo dos benefícios previstos na Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), com posterior comunicação ao STF.

Alterações em trâmite de MPs durante a pandemia são validadas pelo STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou regras regimentais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que permitem que, durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus, Medidas Provisórias (MPs) sejam instruídas perante o plenário das Casas, ficando excepcionalmente autorizada a emissão de parecer por um deputado e um senador, em substituição à Comissão Mista. A decisão foi tomada, por maioria de votos, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6751 e nas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 661 e 663, na sessão virtual encerrada em 3/9.

Ainda de acordo com a decisão, as emendas e os requerimentos de destaque em deliberação nos plenários das Casas legislativas por sessão remota podem ser apresentados à Mesa, na forma e no prazo definidos para funcionamento do Sistema de Deliberação Remota (SDR), sem prejuízo da possibilidade de regulamentação

complementar desse procedimento legislativo regimental.

Atos questionados - Nas ações, foram analisados dispositivos do Ato Conjunto 1/2020, que dispôs sobre a tramitação de medidas provisórias durante a pandemia, e atos das Mesas Diretores do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora 7/2020) e da Câmara dos Deputados (Resolução 14/2020) que determinaram a suspensão de deliberações de comissões na hipótese de acionamento do SDR.

Decisão - A maioria seguiu o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, que observou que, dadas as circunstâncias singulares em questão, a solução do Congresso Nacional concilia os interesses em causa. Segundo ele, a adequação a esse cenário é uma imposição do princípio da eficiência, que obriga o poder público ao exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade.

LEIS & PROJETOS

Prorrogada medida provisória que cria comitê para gestão da crise hídrica

O presidente da Mesa do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, prorrogou por 60 dias a vigência da MP 1.055/2021, que criou a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg). O ato foi publicado quinta-feira (9) no Diário Oficial da União.

A medida provisória, que perderia validade nesta semana, aguarda deliberação na Câmara dos Deputados e ainda precisará passar por votação no Senado.

A MP foi editada pelo governo em um momento em que o país enfrenta uma grave crise hídrica.

O novo órgão vai centralizar a gestão para enfrentar a estiagem, considerada a maior no país desde 1931. Presidida pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, a câmara de regras excepcionais será composta ainda pelos ministros da Economia, Paulo Guedes; da Infraestrutura, Tarcísio Gomes; do Desenvolvimento Regional, Rogerio Marinho; do Meio Ambiente, Joaquim Pereira; e da Agricultura, Teresa Cristina.

A previsão é que a câmara de regras funcione até 31 de dezembro de 2021, com poder de tomar ações emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e no enfrentamento da crise hídrica.



A MP foi editada pelo governo em um momento em que o país enfrenta uma grave crise hídrica.

Competências - À Creg compete definir ações obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas.

Os custos operacionais incorridos pelos concessionários de geração de energia elétrica para a implementação das medidas de monitoramento e miti-

gação de impactos ambientais, em decorrência das decisões da Creg, que não forem cobertos nos contratos de concessão, serão ressarcidos por meio de encargos para cobertura dos custos dos serviços do sistema.

Desde que sejam homologadas pela câmara de regras, as deliberações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) terão caráter obrigatório para órgãos e entidades da

administração pública federal direta e indireta para o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); os concessionários e autorizados da área de energia elétrica; e os concessionários, permissionários ou autorizados do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis. As deliberações poderão incluir a contratação de reserva de capacidade.

Promulgado decreto que suspende resolução com regras sobre planos de saúde nas estatais



A iniciativa teve o apoio de Romário (PL-RJ), que foi o relator da matéria no Senado.

O Congresso Nacional promulgou o Decreto Legislativo 26/2021, que suspende a Resolução 23/2018, do antigo Ministério do Planejamento. Essa resolução, entre outras medidas, limitava a contribuição de estatais a planos de saúde.

Publicado quinta-feira (9) no Diário Oficial da União, o decreto teve origem em projeto da deputada federal Erika Kokay (PT-DF). Esse projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em julho e pelo Senado no último dia 1º. A iniciativa teve o apoio

de Romário (PL-RJ), que foi o relator da matéria no Senado. A resolução - agora suspensa - tratava das regras de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados. Entre outros pontos, ela não considerava os

progenitores como dependentes e limitava o custeio de planos de assistência a teto sobre a folha de pagamento.

Segundo Erika Kokay, a resolução limitava a contribuição das empresas estatais aos planos de saúde dos empregados que fossem organizados sob a forma de autogestão. A deputada alegava que a resolução exorbitou o poder regulamentar do Executivo por contrariar as regras da Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656, de 1998) e ferir direitos adquiridos dos empregados das estatais, que estariam assegurados em negociações coletivas e em estatutos. Ela também afirmava que a resolução foi inconstitucional por violar o direito à liberdade associativa.

Ao defender a proposta de Kokay, o senador Romário argumentou que a resolução era inconstitucional por restringir indevidamente o direito dos empregados à saúde e violar direitos adquiridos dos trabalhadores à manutenção das condições do contrato de trabalho. Para ele, a resolução restringia o direito à saúde dos empregados de empresas estatais.

Entidades culturais pedem políticas públicas de proteção do patrimônio imaterial

Em tramitação na Câmara há uma década, o Projeto de Lei 1176/11 garante auxílio financeiro a pessoas que reconhecidamente representem a cultura brasileira tradicional. Para chamar atenção para a proposta, a Comissão de Cultura da Câmara realizou audiência pública sexta-feira (10) sobre esses “mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas populares”, reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio imaterial da cultura brasileira. Essa demora de dez anos, segundo o representante do Fórum para as Culturas Populares e Tradicionais, mestre Alcides, é uma ameaça real à preservação desse patrimônio, porque muitas das tradições culturais brasileiras podem deixar de existir com a morte dos seus mestres.

O representante da Irmandade do Carimbó, Isaac Loureiro, lembrou que o carimbó foi registrado como patrimônio imaterial da cultura brasileira há sete anos, mas, por falta de recursos, os planos de salvaguarda dessa tradição, que já estão prontos, ainda não foram implementados.



Para a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), aprovar o programa de proteção será um reconhecimento da importância desses mestres que dedicaram suas vidas à preservação de parte da cultura nacional.

“Para que a política de salvaguarda brasileira possa ter continuidade, o Iphan precisa desbloquear o seu orçamento e garantir recursos para que as ações possam realmente ser efetivadas”, disse. Segundo ele, os planos de salvaguarda estão acontecendo somente pelo es-

forço das comunidades detentoras.

Para a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), aprovar o programa de proteção será um reconhecimento da importância desses mestres que dedicaram suas vidas à preservação de parte da cultura nacional.

“Será uma valorização desse saber e desses mestres que precisam realmente de proteção. E não é só a proteção porque são mestres mais idosos, não, é porque eles são um cabedal de conhecimento, que precisa ser sustentado até seu último suspiro”, observou a deputada.

Lei que obriga atualização de cadastro da Tarifa Social de Energia é sancionada

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que torna obrigatória a atualização do cadastro dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Social. A nova legislação, já aprovada pelo Congresso, visa simplificar a inscrição no programa para que potenciais beneficiários sejam incluídos automaticamente.

Segundo a Secretaria-Geral da Presidência da República, a medida se justifica porque os potenciais beneficiários não estariam sendo informados de forma adequada de seu direito ou não estariam sendo capazes de apresentar toda a documentação exigida para comprovação, sendo excluídos do benefício.

Com a lei, Poder Executivo e concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica deverão compatibilizar e atualizar a relação de cadastrados que atendam aos critérios do programa e inscrevê-los automaticamente.

A Tarifa Social de Energia é destinada a famílias inscritas

no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico), com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo, ou que tenham entre seus integrantes quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social (BPC).

Até então, para obter o subsídio, os beneficiários precisavam procurar as prefeituras e as empresas, além de ter de provar que se enquadravam nos critérios do programa. “A baixa escolaridade dos beneficiários e a dificuldade de compreender as instruções para obtenção do benefício pode representar um impedimento para que o requeiram. Ainda, outro ponto que pode prejudicar o acesso ao benefício é a necessidade de as famílias de baixa renda terem de se deslocar às concessionárias para formalizarem o pedido”, diz a Secretaria Geral em nota divulgada neste domingo. O texto da lei sancionada estará publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 13.

Programa de incentivo à navegação de cabotagem será votado na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) devere votar hoje (14) projeto que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar). O PL 4.199/2020, do Poder Executivo, foi aprovado na Câmara dos Deputados, em dezembro do ano passado, e tramita em conjunto com outros cinco projetos. O senador Nelson Trad (PSD-MS) emitirá o relatório.

Os principais objetivos do BR do Mar são, segundo o texto, ampliar a oferta e melhorar a qualidade do transporte de cabotagem, incentivar a concorrência e a competitividade na prestação do serviço, ampliar a disponibilidade de frota, incentivar a formação e a capacitação de trabalhadores brasileiros e estimular o desenvolvimento da indústria naval brasileira.

Navegação de cabotagem é o transporte aquaviário feito entre portos do mesmo país. Entre as principais mudanças propostas no projeto, está a liberação progressiva do uso de navios estrangeiros para esse tipo de transporte sem a necessidade de contratar a construção de embarcações em estaleiros brasileiros.

A partir da publicação da lei, as empresas poderão fretar navios por tempo ou a casco nu (vazios) para uso na navegação de cabotagem. Passado um ano

da vigência da lei, poderão ser dois navios; no segundo ano de vigência, três navios; e no terceiro ano da mudança, quatro navios. Depois disso, a quantidade será livre, observadas condições de segurança definidas em regulamento.

De acordo com o atual marco regulatório do transporte aquaviário, definido principalmente pela Lei 9.432, de 1997, a navegação de cabotagem brasileira está condicionada à aquisição de embarcações, novas e usadas, pelas Empresas Brasileiras de Navegação (EBN). A definição de embarcação brasileira se dá em função do local de sua fabricação - e não do local de registro - e a operação da marinha mercante é vinculada à construção naval.

Em atendimento a uma sequência de requerimentos, o projeto tramita em conjunto com os PLs 3129/2020 e 2948/2019 e os PLSs 421/2014, 422/2014 e 423/2014, que tratam de matéria correlata. O texto recebeu 43 emendas dos senadores. Inicialmente prevista para votação direta em Plenário, a matéria foi enviada, em 7 de maio, para apreciação da CAE; em seguida, o conjunto de projetos seguirá para votação nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Constituição e Justiça (CCJ) e de Infraestrutura (CI) - cuja decisão é terminativa.

Projeto prevê que CLT regule trabalho de motoristas de aplicativo

Está em tramitação no Senado um projeto de lei que classifica o trabalho de motoristas de aplicativo - e também o de condutores de veículos para entrega de bens de consumo, como alimentos - como “trabalho intermitente” que deve ser regulado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Esse projeto (PL 3.055/21) foi apresentado no início de setembro pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

O senador afirma que sua proposta tem o objetivo de “enunciar direitos e proteger aqueles trabalhadores que prestam serviços por meio de plataformas digitais, tanto aquelas que são voltadas para o transporte individual de passageiros, como Uber, Cabify, 99, Buser e outras, quanto as dedicadas à entrega de bens de consumo, como iFood, Rappi e Loggi, entre outras”.

Segundo Gurgacz, há no Brasil mais de 1,1 milhão de motoristas de aplicativos. Ele lamenta que o país ainda não tenha uma legislação específica

destinada a esses profissionais.

“Infelizmente, passados vários anos da implantação do trabalho de transporte de passageiros e de entrega de bens de consumo com o auxílio de plataformas digitais e a despeito de que, em várias partes do mundo, motoristas cadastrados em plataforma digital tiveram seus direitos trabalhistas reconhecidos, não temos ainda legislação própria no Brasil que proteja minimamente essa categoria de trabalhadores.”

Seguro - O projeto também prevê que as empresas envolvidas nessas relações de trabalho serão obrigadas a contratar, sem ônus para motoristas e condutores, seguro privado de acidentes pessoais (para casos de morte acidental, danos corporais, danos estéticos e danos morais) e seguro dos veículos.

O texto também determina que “a contratação de seguro não exclua a indenização a que o empregador está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa”.

GERAL

Mourão monta agenda paralela e recebe políticos do centro e da oposição

Com o presidente Jair Bolsonaro em viés de baixa e mais isolado, o general Hamilton Mourão montou uma “agenda paralela” de encontros com adversários do governo no Congresso e intensificou as relações com magistrados, diplomatas e empresários. Ele passou a receber em audiências e turnês de viagens especialmente lideranças de partidos de centro. Uma boa parte desses eventos não foi registrada na agenda oficial.

Em Brasília, os encontros de Mourão ocorrem no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente, e no gabinete de trabalho no prédio anexo do Palácio do Planalto. O general recebeu nomes ligados ao Progressistas, PSDB e MDB e tem atraído o interesse de representantes do PSD e do DEM para cafés e conversas.

É no espaço independente de interlocução montado na estrutura da Vice-Presidência que Mourão faz pontes com a política e o mercado e se mantém no jogo na reta final do governo, observam interlocutores. A decisão do general de não ser

anulado no cargo, ressaltam, foi tomada no final de julho, quando Bolsonaro disse em entrevista a uma rádio de João Pessoa que vice é como cunhado, você “casa e tem que aturar”. O presidente afirmou ainda que escolheu o militar da reserva para a chapa às pressas.

Em meados de agosto, por exemplo, o vice recebeu em seu gabinete o ex-ministro Carlos Marun, que tem atuado para que o MDB, seu partido, abrace a tese do impeachment. O político incentivou o general “a atuar politicamente de forma mais efetiva”, em suas próprias palavras, inclusive buscando um partido mais robusto que o PRTB, atual legenda do vice.

“O tema ‘impeachment’ não entrou de forma nenhuma na conversa. Não houve da minha parte, nem da parte dele, nenhuma sinalização ou troca de ideias sobre isso. Eu conversei a respeito da participação dele, o que ele está pensando, no processo político partidário-eleitoral”, disse Marun ao Estadão. O encontro não estava na agenda oficial.

Prefeitura do Rio aplica Pfizer como segunda dose após falta de AstraZeneca

A falta de vacinas da AstraZeneca está levando o município do Rio a aplicar a segunda dose com imunizante da Pfizer. A “vacinação heteróloga”, como são chamados os casos em que a mesma pessoa recebe as doses produzidas por laboratórios diferentes, também poderá acontecer em outros municípios do Estado. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Rio, a vacinação heteróloga já vinha acontecendo em algumas gestantes que tomaram a primeira dose (D1) de AstraZeneca, pessoas que apresentaram reações adversas graves àquele imunizante e em casos de desabastecimento de alguma das vacinas. “Neste momento, em que o estoque da AstraZeneca para D2 está esgotado, as pessoas estão recebendo a Pfizer como D2”, informou a SMS no início da tarde de ontem, 13.

Outros municípios também poderão ter de fazer o mesmo. Desde o dia 16 de agosto, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) publicou nota técnica autorizando a intercambialidade de vacinas “caso o estado do Rio de Janeiro não receba doses do imunizante Oxford/AstraZeneca em quantidade suficiente para completar o esquema vacinal de quem já recebeu a primeira dose”.

São Paulo - Após ter anunciado a medida na última sexta-feira, 10, o governo de São Paulo começou a disponibilizar a vacina da Pfizer às 14h desta segunda às pessoas que estão com a segunda dose da vacina da AstraZeneca em atraso. Outros Estados, como o Mato Grosso do Sul, também enfrentam desabastecimento do imunizante e pretendem adotar medida semelhante.

Incêndio que ilhou turistas já percorre 20 km na região dos Veadeiros

Um incêndio florestal que começou domingo (12) no local conhecido como Vale da Lua, atração turística adjacente ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, ganhou grandes proporções e já se espalha para áreas a 20 quilômetros (km) de distância, informou o Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBM-GO).

Na tarde de domingo, cerca de 100 turistas chegaram a ficar ilhados no Vale da Lua e precisaram ser resgatados. Segundo informações dos bombeiros, uma pessoa teve queimaduras leves nos pés. A suspeita é de que o incêndio tenha começado

na trilha que dá acesso ao atrativo.

“Na manhã de hoje (ontem, 13), foi feito um sobrevoo para ter dimensão da área atingida e onde estão os principais focos. As equipes ainda vão se reunir para definir novas estratégias de combate”, informou o CBM-GO.

Cerca de 60 pessoas, entre bombeiros, servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) e brigadistas voluntários, moradores da região, atuam no combate às chamas. Três aeronaves também foram mobilizadas. As chamas se espalharam

primeiro pela Área de Proteção Ambiental (APA) Pouso Alto, que fica na zona de amortecimento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, e hoje atingem a região da Serra do Segreda, a cerca de 20 km de distância do primeiro foco.

A região da Chapada dos Veadeiros encontra-se na parte final da época seca, quando a vegetação se torna mais propícia aos incêndios florestais.

Patrimônio natural - Criado em 1961, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está localizado no nordeste do estado de Goiás, entre os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Caval-

cante, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João d’Aliação.

“Protegendo uma área de 240.611 hectares de cerrado de altitude, abriga espécies e formações vegetais únicas, centenas de nascentes e cursos d’água, rochas com mais de 1 bilhão de anos, além de paisagens de rara beleza, com feições que se alteram ao longo do ano. O parque também preserva áreas de antigos garimpos, como parte da história local. Foi declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] em 2001”, diz o ICMBio.

Parque Augusta deve ser inaugurado em outubro, diz prefeitura de SP

Está prevista para outubro a inauguração do Parque Augusta, localizado em uma área de 23 mil metros quadrados na região central de São Paulo. Segundo a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a construtora responsável pela obra de implantação do parque se comprometeu a entregar o espaço no dia 25 de setembro.

O parque será totalmente acessível e terá caminhos para passeios, playground inclusivo, cachorródromo, equipamentos de ginástica, academia da terceira idade, sanitários públicos, arquibancada e deck elevado.

De acordo com a secretaria, haverá ainda áreas de manejo e compostagem, além de uma estrutura de serviços e apoio para a administração.

“Houve ainda restauro da Casa das Araras e do Portal - que são tombados. Foram registradas 21 espécies de aves silvestres no Parque Augusta. Em relação à flora do local, há um bosque heterogêneo com espécies arbóreas nativas, frutíferas como abacateiro e mangueira, além de palmeiras, como o areca-bambu”, diz a secretaria, em nota.

Até meados de 1970 o local abrigou um palacete e uma escola. Até 2019, o terreno pertencia a duas construtoras que fizeram um acordo com a



O parque será totalmente acessível e terá caminhos para passeios, playground inclusivo, cachorródromo, equipamentos de ginástica, academia da terceira idade, sanitários públicos, arquibancada e deck elevado.

prefeitura numa mediação do Ministério Público. O investimento para a implantação do

Parque Augusta gira em torno de R\$ 11 milhões, custos que serão de responsabilidade das

duas construtoras que, em troca, poderão erguer empreendimentos na capital paulista.

SP começa a aplicar vacina da Pfizer em atrasados com 2ª dose de AstraZeneca

Desde às 14 horas de ontem, 13, as pessoas que estão com a segunda dose da vacina da AstraZeneca em atraso já estão de vacinando com a Pfizer em São Paulo.

A decisão foi tomada na semana passada pela Secretaria Estadual de Saúde porque o imunizante da AstraZeneca

está em falta no Estado. De acordo com o governo estadual, a vacina da Pfizer está disponível para quem deveria receber a segunda dose entre os dias 1º e 15 de setembro.

Para dar conta da demanda, o Estado diz ter distribuído 400 mil doses desse imunizante aos municípios durante

o fim de semana. Na capital paulista, a vacina da AstraZeneca está em falta desde a última quinta-feira.

Além de São Paulo, outros Estados enfrentam desabastecimento do imunizante. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que produz a vacina no Brasil, atrasou a entrega de lo-

tes neste mês, mas o envio de doses deve ser normalizado a partir desta semana.

Para justificar a falta de doses, o governo de São Paulo afirma que deixou de receber quase um milhão de vacinas do Ministério da Saúde em setembro. O órgão federal, por sua vez, diz que antecipou

o envio de 315,5 mil doses a São Paulo para serem usadas como segunda dose.

No entanto, segundo o ministério, o Estado teria usado como primeira dose as vacinas que deveriam ter sido guardadas para a segunda dose.

Terceira dose - Idosos com 85 anos ou mais já po-

dem receber a terceira dose da vacina contra a covid-19 nesta segunda-feira. A dose extra é necessária para aumentar a proteção conferida pelo imunizante.

Em São Paulo, a terceira dose pode ser feita com Coronavac, Pfizer, AstraZeneca ou Janssen.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** DESCLASSIFICAÇÃO *****

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2021 (PMP 5454/2021)

A autoridade superior, considerando o parecer da Secretaria Municipal de Educação, deu provimento, em 13/09/2021, ao recurso interposto pela empresa Zebe Zeladoria e Monitoramento Ltda (prot 47084/21), sendo assim, desclassificou a empresa Maximos Manutenção e Conservação, classificada em primeiro lugar respectivamente, no lote 01, por apresentar planilha de custo em desacordo ao exigido no edital. Determinou o prosseguimento do certame, para abertura do envelope de documentação da empresa Milclean Comércio e Serviços Ltda, classificada em segundo lugar na licitação supra, que cuida de “contratação de serviço de limpeza e manutenção predial”. Fica marcada a sessão para abertura do envelope para o dia 21/09/2021, às 08h30, no mesmo local do evento anterior.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CHAMAMENTO PÚBLICO N. 029/2021 - OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO TEM POR OBJETO A CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS EM APRESENTAR ESTUDOS DE MODELAGEM EXPOSTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETO DE CONCESSÃO COMUM PARA A REVITALIZAÇÃO/REFORMA, MODERNIZAÇÃO E/OU OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DE BRAGANÇA PAULISTA COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E SUSTENTÁVEL DESTES ESPAÇOS PÚBLICOS, PRIORIZANDO-OS COMO PONTO DE CONVIVÊNCIA PARA A COMUNIDADE. DATA: 14.10.2021 ÀS 09:30 horas (prazo prorrogado) - Edital completo deverá ser retirado gratuitamente no balcão do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 devendo o interessado trazer sua mídia específica para cópia (cd/dvd, pendrive, etc.) ou ainda no site www.braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Informações Secretaria Municipal de Agronegócios através do telefone (11) 4035-7670 ou pelo e-mail: agronegocios@braganca.sp.gov.br, e Divisão de Licitação, Compras e Almoxxarifado, no telefone (11) 4034-7115 ou pelo e-mail: divisaolicita@gmail.com. Bragança Paulista, 13 de Setembro de 2021 - ANIZ ABIB JUNIOR - Secretário Municipal de Agronegócios

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO PRESENCIAL Nº 222/2021 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO. DATA DA ABERTURA: 30.09.2021 ÀS 14:30 HORAS. A edital está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site <http://braganca.sp.gov.br> (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 13 de Setembro de 2021. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxxarifado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

Departamento de Licitações

ERRATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021

A Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto, leva ao conhecimento de quem possa interessar que o Processo supra epígrafado sofreu a seguinte correção, na publicação anterior do dia 11/09/2021;
ONDE SE LÊ: PROCESSO Nº 136/2021
LEIA-SE: PROCESSO Nº 137/2021

Demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.
Pereira Barreto/SP, 13 de setembro de 2021.
Luís Carlos Narutis Aguiar
Pregoeiro

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

A informação com conteúdo no tamanho exato do seu interesse.

Leia e assine:

5584-0035

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

32º SUBDISTRITO DE BUTANTA

Evandro Cunha
OFICIAL

Faz saber que pretendem se casar e
apresentam os documentos exigidos por lei

GETULIO MIRANDA, analista, Solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 3/06/1981, Residente neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ MIRANDA e de MARIA IZILDA PEREIRA MIRANDA - ANNE IAFELIX CORDEIRO, analista, Solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 21/11/1984, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ CICERO ALVES CORDEIRO e de VANDERLEITE IAFELIX CORDEIRO.

LUIZ FERNANDO DE JESUS REIS, assistente de produção, Solteiro, Natural de Aracaju, SE, Nascido aos 14/03/1997, Residente em São Paulo, SP, Filiação: IRAN REIS DOS SANTOS e de JOSEFA MARIA DE JESUS REIS - FERNANDA DOS SANTOS VILLELA, assistente comercial, Solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 26/04/1999, Residente em São Paulo, SP, Filiação: FRANCISCO CARLOS VILLELA e de ANGELA NUNES DOS SANTOS VILLELA.

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, auxiliar de pintura, solteiro, Natural de Barreiros, PE, Nascido aos 26/12/1973, Residente em São Paulo, SP, Filiação: MISAEL FRANCISCO DA SILVA e de GESSI MARIA DA SILVA - IVONE MARIA DA SILVA, do lar, solteira, Natural de Maragapé, AL, Nascido aos 06/05/1978, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: LOURIVAL ANTONIO DA SILVA e de MARLENE FERREIRA DA SILVA.

LUCAS LUIZ DE OLIVEIRA MELO, programador cnc, solteiro, Natural de Osasco, SP, Nascido aos 01/04/1995, Residente em Osasco, SP, Filiação: ADAUTO LUIZ DE MELO e de MARIA APARECIDA OLIVEIRA MELO - NUBIA ALVES DOS SANTOS, bancária, Solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 22/10/1998, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ROMULO BARBOZA DOS SANTOS e de LUCIENE DE BRITO ALVES DOS SANTOS.

ANTONIO ALVES ARAUJO FILHO, motorista, divorciado, Natural de Umuarama, PR, Nascido aos 09/08/1962, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO ALVES DE ARAUJO e de IZABEL MARIA DE JESUS - LUCIA LIMA VELOSO DO NASCIMENTO, costureira, viúva, Natural de Macapana, PE, Nascido aos 08/10/1965, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO JOSÉ DE LIMA e de ANTONIA FRANCISCA DE LIMA.

BRUNO LIMA SERPELONI, analista de sistemas, solteiro, Natural de Osasco, SP, Nascido aos 18/06/1987, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO SERPELONI e de MARIA JOSÉ SA-RODRIANO DE LIMA SERPELONI - LUCAS MARCELO GOMES, auditora contábil, solteira, Natural de Mauá, SP, Nascido aos 13/02/1982, Residente em Santo André, SP, Filiação: JOÃO ANTONIO GOMES e de TANIA MARIA TAVARES GOMES.

ERICO RODELLI MANTOVANI, engenheiro ambiental, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 10/04/1987, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ ROBERTO MANTOVANI de VAKUPRIA RODELLI - LAYARA VIEIRA, pedagoga, solteira, Natural de Osasco, SP, Nascido aos 26/04/1990, Residente em São Paulo, SP, Filiação: CELSO DOS SANTOS VIEIRA e de LUCIANA VICENTE DE SOUZA VIEIRA.

FERNANDO FERNANDEZ DIAZ, bancário, divorciado, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 13/03/1977, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ MANUEL FERNANDEZ DIAZ e de MARIA APARECIDA FERNANDEZ DIAZ - ANGELICA GALVES DA SILVA, administradora, divorciada, Natural de Campo Mourão, PR, Nascido aos 22/04/1982, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ SOARES DA SILVA e de ROSA GALVES DA SILVA.

PEDRO LUIZ DUARTE DE PANTIS, enfermeiro, solteiro, Natural de Rio de Janeiro, RJ, Nascido aos 20/04/1978, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: FRANCISCO DE PANTIS e de MARIA DOMINGAS FERREIRA - ANDREA DE CERQUEIRA LEITE, enfermeira, divorciada, Natural de Santos, SP, Nascido aos 16/04/1970, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: EDSON DE CERQUEIRA LEITE e de EUNICE GOUVEA DE CERQUEIRA LEITE.

JOSÉ VICENTE DA SILVA, empresário, divorciado, Natural de Quipapá, PE, Nascido aos 17/04/1954, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ VICENTE DA CONCEIÇÃO - OLÁVIA DUARTE SOBRINHO, micro empreendedora, divorciada, Natural de Areia, PB, Nascido aos 03/10/1974, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO DUARTE SOBRINHO e de IVANETE DANTAS DUARTE.

HARTÊMIO ANDRADE GOUVEIA, estagiário administrativo, solteiro, Natural de Jupi, PE, Nascido aos 22/07/1972, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ EDUARDO BEZERRA DE GOUVEIA e de QUELTER ALVES DE ANDRADE GOUVEIA - SUELLEN SANTOS CAVALCANTE, estagiária farmacêutica, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 19/02/1999, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ARNALDO LEÃO CAVALCANTE e de HÉLIA DA CONCEIÇÃO LOPES DOS SANTOS.

ALESSANDRO BARROS DE LIMA, ajudante, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 30/12/1981, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ALESSANDRA DE LIMA e de MARIA APARECIDA DE LIMA - JOSÉ FRANCISCO BARROS DE LIMA e de MARIA APARECIDA DA SILVA - NATALIA APARECIDA DE SOUZA, assistente administrativa, divorciada, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 30/04/1988, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAUJO.

DOUGLAS DE SOUZA RIBEIRO, técnico de informática, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 14/12/1984, Residente em São Paulo, SP, Filiação: EDVALDO PEREIRA RIBEIRO e de MARIA DOMINGAS RODRIGUES DE SOUZA RIBEIRO - ELMIEY RIBEIRO RODRIGUES, atendente, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 17/12/1977, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ RODRIGUES DA SILVA e de ARIUZA NUNES RIBEIRO.

VICTOR HUGO DA SILVA CAMPOS, assistente de estoque, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 08/12/1999, Residente em São Paulo, SP, Filiação: PEDRO PAULO CAMPOS e de MARIA DOS REEMEDIOS VIEIRA DA SILVA CAMPOS - MICHAELLE ALMEIDA DE ARAUJO, assistente administrativa, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 05/04/2000, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ SOUSA DE ARAUJO e de ELIZIENE MATOS ALMEIDA.

WICKSON DIEGO DA SILVA, vendedor, solteiro, Natural de Palmares, PE, Nascido aos 29/06/1999, Residente em São Paulo, SP, Filiação: EVANDRO DA SILVA e de NADJA SIMONE DA SILVA - LIDIANE SANTOS DA SILVA, vendedora, solteira, Natural de Osasco, SP, Nascido aos 19/08/1995, Residente em São Paulo, SP, Filiação: MANOEL PEREIRA DA SILVA e de MARINEIDE THOMAZ DOS SANTOS.

RAFAEL SÁ DE FREITAS, físico, divorciado, Natural de Brasília, DF, Nascido aos 22/08/1973, Residente em São Paulo, SP, Filiação: EPIFÂNIO DAMAZ DE FREITAS e de CLERÁIA DE SÁ FREITAS - CAMY NANCY LARES FERNANDES SANCHEZ, fisica, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 14/04/1997, Residente em São Paulo, SP, Filiação: MOACIR NANCY LARES FERNANDES e de ROSALI MARIA PARRA SANCHEZ.

RONALDO UZUN DOS SANTOS, engenheiro, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 19/06/1994, Residente em São Paulo, SP, Filiação: VALDOMIRO PEREIRA DOS SANTOS e de EDEZU UZUN - JULIANA FERNANDES DE ANDRADE, engenheira, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 07/03/1997, Residente em São Paulo, SP, Filiação: OSWALDO GOMES DE ANDRADE e de CARMEN TEREZA FERNANDES.

RUBEM CARNEIRO DE MENEZES FILHO, engenheiro mecânico, divorciado, Natural de Belo Horizonte, MG, Nascido aos 02/06/1964, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: RUBEM CARNEIRO DE MENEZES e de ALBA RIBEIRO CARNEIRO - DEBORA CRISTINA RODRIGUES, administradora, solteira, Natural de Barueri, SP, Nascido aos 18/04/1983, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: CLOVIS RODRIGUES e de MARIA NEIDE RODRIGUES.

MICHELL FRANCO ALVES DA ROCHA, administradora, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 06/08/1986, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ CARLOS ALVES DA ROCHA e de CLEIDE FRANCO ALVES DA ROCHA - FABIANA SAITO SANCHEZ FERRAGUT, psicóloga, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 06/12/1985, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: EMILIO AUGUSTIN SANCHEZ FERRAGUT e de ELZA LUMIO SAITO.

GABRIEL VINICIUS DA COSTA BELARMINO, auxiliar de produção, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 16/03/1977, Residente em São Paulo, SP, Filiação: LUCIANO ROCHA BELARMINO e de WANDERLEIA APARECIDA MESQUITA DA COSTA - CAMILE DE OLIVEIRA ANGELO, vendedora, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 17/06/2003, Residente em São Paulo, SP, Filiação: RICARDO ANGELO e de KELLY DE OLIVEIRA ANGELO.

GIOVANNA ZINGARO DUARTE, autônoma, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 17/10/1996, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ANDRÉ LUIZ GARCIA DUARTE e de LUCIANE ZINGARO DUARTE - PAMELLA SILVA CORREA, autônoma, divorciada, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 02/01/1995, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ROGERIO RAMIRO SEGURA CORREA e de SHELDRON DIONISIO DA SILVA CORREA.

ABRAÃO FERNANDES COSTA, ajudador mecânico, solteiro, Natural de Osasco, SP, Nascido aos 01/08/1994, Residente em São Paulo, SP, Filiação: CLAUDIO FELIX DA SILVA e de LUCIANA AMARAL BISPO DE JESUS - MICHELE IDACI DA SILVA BATISTA, do lar, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 15/08/1998, Residente em São Paulo, SP, Filiação: RUBENLITON DOS SANTOS e de ROSANGELA FERNANDES DA SILVA.

SAULO PIETROBON, auxiliar administrativo, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 28/03/1987, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: DANIEL PIETROBON e de MARIA MARLI DE SOUZA MEIRA PIETROBON - MONIQUE DA CUNHA MOREIRA, nutricionista, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 19/05/1987, Residente em São Paulo, SP, Filiação: RANIER MARQUES MOREIRA e de MARIA INES GONÇALVES DA CUNHA MOREIRA.

HEBERT SILVA DE AZEVEDO, controlador de acesso, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 26/08/1996, Residente em São Paulo, SP, Filiação: VALDIVINO TEOTONIO DE AZEVEDO e de MARIA LUIZ SILVA OLIVEIRA DE AZEVEDO - FRANCISCA JACIELE CARVALHO DA SILVA, do lar, solteira, Natural de Batatalia, PI, Nascido aos 29/12/1999, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ MARIA DA SILVA COSTA e de MARIA JOSÉLIA CARVALHO DA SILVA.

WELLINGTON GASPARD MARTINS COSTA, corretor de imóveis, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 05/05/1987, Residente em São Paulo, SP, Filiação: WANDERLEY MARTINS DA COSTA e de IVANILDE GASPARD DE LIMA - SABRINA DA SILVA QUEIROZ, empresária, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 15/09/1987, Residente em São Paulo, SP, Filiação: AMAURI DE QUEIROZ e de JOSEFA SELMA SANTOS DA SILVA QUEIROZ.

ANDERSON FRANCISCO DE SOUZA NASCIMENTO, autônomo, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 30/01/1978, Residente em São Paulo, SP, Filiação: EVERALDO DO NASCIMENTO e de FIDELIA FRANCISCA DE SOUZA NASCIMENTO - LEANDRA SANTOS LIMA, operadora, solteira, Natural de Macajuba, BA, Nascido aos 30/03/1992, Residente em São Paulo, SP, Filiação: DESCIVALDO SANTANA LIMA e de MARILENE SOUZA SANTOS.

GINALDO NUNES BEZERRA, porteiro, divorciado, Natural de Pararamatã, PE, Nascido aos 09/10/1964, Residente em São Paulo, SP, Filiação: GERALDO DA SILVA e de QUITERIA NUNES BEZERRA - QUITERIA MARIA DA SILVA, doméstica, divorciada, Natural de Lagoa dos Gatos, PE, Nascido aos 29/06/1977, Residente em São Paulo, SP, Filiação: BENEDITO CAETANO DA SILVA e de ATERINIA SEBASTIANA MARIA DA SILVA.

LUIZ GUSTAVO VINAGRE BARROS, engenheiro civil, solteiro, Natural de Rio Grande, RS, Nascido aos 25/05/1979, Residente em São Paulo, SP, Filiação: LUIZ AUGUSTO DE BARROS e de MARIA CLARA VINAGRE BARROS - MARIANA ALVES GASPARD, engenheira ambiental, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 18/08/1995, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: RONALDO CANDIDO GASPARD e de MARIA ROSANGELA ALVES.

JOSÉ EDVALDO DA SILVA, recepcionista, solteiro, Natural de Panellas, PE, Nascido aos 12/02/1981, Residente em São Paulo, SP, Filiação: CICERO FIRMINO DA SILVA e de JOSEFA ALVES DA SILVA - RIS MAYARA SILVA, vendedora, solteira, Natural de Arapiraca, AL, Nascido aos 05/04/1995, Residente em São Paulo, SP, Filiação: MARIA GORETE DA SILVA.

CARLOS ALBERTO AMARAL SANTOS MORBACH, administrador de empresas, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 27/11/1987, Residente em São Paulo, SP, Filiação: CARLOS ALBERTO PEXIE MORBACH e de MARIA CRISTINA AMARAL SANTOS MORBACH - KAMILA CURIMBABA PAIVA, empresária, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 06/05/1989, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ROBERTO MENDES PAIVA e de CELENE CRISTINA CURIMBABA PAIVA.

OSVALDO LEITE DA SILVA JÚNIOR, atendente de loja, solteiro, Natural de Limoeiro, PE, Nascido aos 01/01/1989, Residente em São Paulo, SP, Filiação: OSVALDO LEITE DA SILVA e de MARLENE CARMELETTA PEREIRA - NAILSON PEREIRA DE JESUS, auxiliar de cozinha, solteiro, Natural de Salvador, BA, Nascido aos 16/08/1988, Residente em São Paulo, SP, Filiação: NATALINO DE JESUS e de MARIA DE FATIMA DOS SANTOS ESQUIVEL.

MARCELO OLIVEIRA SANTOS, ajudante geral, solteiro, Natural de Itabaianinha, SE, Nascido aos 21/08/1998, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ LEANDRO DOS SANTOS e de MARIA DOMINGAS DE OLIVEIRA SANTOS - ELAINE BORGES MACHADO, auxiliar de limpeza, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 19/03/1993, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ BATISTA MACHADO e de MARINEZ BORGES BRITO.

JOILSON RODRIGUES DOS SANTOS, autônomo, divorciado, Natural de Ibirapitanga, BA, Nascido aos 05/10/1975, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOÃO JERONIMO DOS SANTOS e de MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES - ELISA DE BRITO LIMA, técnica enfermagem, solteira, Natural de Vitória da Conquista, BA, Nascido aos 28/02/1983, Residente em São Paulo, SP, Filiação: EDSON ANTONIO DE BRITO e de ADELINA MARIA DE BRITO LIMA.

LEONARDO FERREIRA VIEIRA, estudante, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 19/07/1998, Residente em São Paulo, SP, Filiação: EDSON VIEIRA e de MARIA MARCELO FERREIRA VIEIRA - KAMILA ELENAPOLIA COELHO, estudante, solteira, Natural de Rio de Janeiro, RJ, Nascido aos 04/02/1998, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ROGERIO COELHO DA SILVA e de MÂRCIA ELENAPOLIA SANTOS.

JEFFERSON LUIS DE LIMA, controlador de acesso, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 24/02/1995, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ALESSANDRA DE LIMA - CAMILA ALMEIDA DE CARVALHO, autônoma, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 21/07/2000, Residente em São Paulo, SP, Filiação: MARCIO ALMEIDA DE CARVALHO e de EDNEUSA DE CARVALHO.

CARLOS HENRIQUE LEVENHAGEN, técnico de sistema, solteiro, Natural de Cambaxu, MG, Nascido aos 12/02/1992, Residente em São Paulo, SP, Filiação: IZABELLA LEVENHAGEN DOS SANTOS - ANA CAROLINA TEIXEIRA MACIEL, Analista júnior, solteira, Natural de Belo Horizonte, MG, Nascido aos 28/02/1995, Residente em São Paulo, SP, Filiação: WELINGTON MACIEL e de ANDREA MARIA TEIXEIRA MACIEL.

GILMAR MOUZINHIO, Pintor, divorciado, Natural de Esperança, PB, Nascido aos 15/09/1988, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ EVANGELISTA DOS SANTOS e de MARIA LÚCIA MOUZINHIO DE LIMA - MÂRCIA BISPO CORREIA, doméstica, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 08/09/1989, Residente em São Paulo, SP, Filiação: AMARO DA SILVA CORREIA e de LINDACI AUGUSTA BISPO.

OSMAR COBUCCI DE OLIVEIRA, engenheiro Civil, divorciado, Natural de São Geraldo, MG, Nascido aos 28/06/1978, Residente em São Paulo, SP, Filiação: OSMAR AUGUSTO DE OLIVEIRA e de FÂTIMA LÚCIA COBUCCI DE OLIVEIRA - VANESSA FARIAS DOS SANTOS CARVALHO, empresária, divorciada, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 18/05/1980, Residente em São Paulo, SP, Filiação: AUGUSTO JUSTINIANO DOS SANTOS e de ISABEL PEREIRA FARIAS DOS SANTOS.

RODRIGO MARTINS SILVA RAMOS, auxiliar administrativo, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 11/06/1978, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ MARTINS RAMOS e de ANGELA MARIA DA SILVA RAMOS - PATRICIA PEREIRA ANACLETO, do lar, solteira, Natural de Governador Valadares, MG, Nascido aos 02/09/1977, Residente em São Paulo, SP, Filiação: IZAIAS PEREIRA e de MARIA DE FÂTIMA PEREIRA.

FELIPE JORGE FERNANDES, barbeiro, divorciado, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 08/06/1984, Residente em São Paulo, SP, Filiação: SEBASTIÃO DOMINGOS FERNANDES e de PATRICIA GRANDI GOMES DA ROCHA FERNANDES - EDNA PAIVA DE FREITAS, corretora, divorciada, Natural de Gentio do Ouro, SP, Nascido aos 07/03/1987, Residente em São Paulo, SP, Filiação: EDILSON BASTOS DE FREITAS e de IRIS PAIVA DE FREITAS.

VICTOR VIANA DE ALMEIDA, autônomo, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 17/01/1995, Residente em São Paulo, SP, Filiação: MAURICIO ALVES DE ALMEIDA e de ALVINIANA MOREIRA VIANA - FERNANDA LIMA DOS SANTOS, Estagiária, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 07/03/1997, Residente em São Paulo, SP, Filiação: LUIZ DOS SANTOS e de MARIA HELENA DA SILVA LIMA DOS SANTOS.

FRANCISCO MILMAN, advogado, solteiro, Natural de Jerusalém, Israel, Nascido aos 14/09/1980, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: LUIS MILMAN e de VERA VIRGINIA NARY ROWE MILMAN - STEPHANIE ILI SHAHINI, gerente de parcerias, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 20/12/1987, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO SHAHINI e de MARGOIE KESUD SHAHINI.

FLÁVIO MARTINS VENEROSO, comerciante, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 10/10/1984, Residente em São Paulo, SP, Filiação: PAULO EDUARDO VENEROSO e de ROSANA PIRES MARTINS VENEROSO - ANNA CAROLINA GONÇALVES DE OLIVEIRA, engenheira, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 28/04/1994, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSE EDUARDO DE OLIVEIRA e de LUCIMAR MEIRA GONÇALVES DE OLIVEIRA.

FRIDEBERTO BATISTA DOS SANTOS, servidor público, divorciado, Natural de Canavieiras, BA, Nascido aos 19/12/1973, Residente em São Paulo, SP, Filiação: RAIMUNDO JOSÉ DOS SANTOS e de CARMEN CÉLIA BATISTA DOS SANTOS - RESILDA DO NASCIMENTO MENDES, agente de saúde, solteira, Natural de Jupi, PE, Nascido aos 10/01/1983, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO SATURNINO MENDES e de ZULEIDE DO NASCIMENTO MENDES.

CARLOS FREDERICO STORANI DE OLIVEIRA LIMA, administrador de empresas, divorciado, Natural de Madrid, Espanha, Nascido aos 24/06/1974, Residente em Jundiaí, SP, Filiação: ANTONIO LATORRE DE OLIVEIRA LIMA e de MARIA ZELIA STORANI DE OLIVEIRA LIMA - DEBORAH NARI YAMAMOTO, fisioterapeuta, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 05/10/1994, Residente em São Paulo, SP, Filiação: SAMUEL YAMAMOTO e de ANA ABRE YAMAMOTO.

JOSÉ ALMEIDA COSTA, autônomo, divorciado, Natural de Campinas do Piauí, PI, Nascido aos 30/08/1995, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: FRANCISCO RODRIGUES DA COSTA e de EVA DE SOUSA COSTA - ROSALIA NERES SANTANA, doméstica, solteira, Natural de Ibiçui, BA, Nascido aos 19/08/1965, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: TERTULIO JOSÉ DE SANTANA e de MADALENA NERES ROCHA.

CAIO SIMÕES PESSOA, administrador de redes, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 17/10/1989, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: EDUARDO SIMÕES PESSOA e de MARIA ANDRESSA MARTINS DE CASTRO SIMÕES PESSOA - RAIZA BARBOSA CLAUDINO DA SILVA, desenvolvedora de software, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 08/03/1993, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: RICARDO CLAUDINO DA SILVA e de LAURECI BARBOSA DA SILVA.

ANDERSON DE OLIVEIRA SOUSA, ajudante de montador, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 19/06/1990, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: JOÃO AUGUSTO DE SOUSA e de MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA - ANA BEATRIZ ALMEIDA RODRIGUES DA SILVA, estudante, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 13/04/2003, Residente em São Paulo, SP, Filiação: IZAUQUE DE ALMEIDA e de ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA.

DENIS DE PAIVA BARRETO, publicitário, divorciado, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 22/12/1980, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ CARLOS BARRETO e de SONIA MARIA DE PAIVA BARRETO - KAMILA DE OLIVEIRA FREITAS VASCONCELOS, supervisora de BI, solteira, Natural de Belo Horizonte, MG, Nascido aos 06/12/1985, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO CARLOS VASCONCELOS e de KATIA REGINA DE OLIVEIRA FREITAS VASCONCELOS.

ANA MAURA PEREIRA DO NASCIMENTO, analista comercial, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 19/08/1988, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: MAURO ALVO DO NASCIMENTO e de EUNICE PEREIRA DO NASCIMENTO - MARIANA SILVA FERRARA, bancária, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 28/06/1983, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ROBERVAL JOSÉ FERRARA e de ROSELI DE FATIMA SILVA FERRARA.

GILVAN AMANCIO DA SILVA, motorista, divorciado, Natural de Jacobina, BA, Nascido aos 17/08/1970, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: ROMUALDO MOIZES AMANCIO DA SILVA e de MARIA DE FÂTIMA DA SILVA - CATIA TAINIRES DE FREITAS ROCHA, do lar, divorciada, Natural de Presidente Prudente, SP, Nascido aos 02/08/1992, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: VALDEMIR ROCHA e de TELMA DE FREITAS ROCHA.

RENATO KENJI KANO, matemático, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 26/05/1984, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: MARCOS HI-DEKI KANO e de LUCI EMIKO TAMAY KANO - KAREN KIMIE HONDA, publicitária, solteira, Natural de Sorocaba, SP, Nascido aos 16/10/1990, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: YOSHIMARU HONDA e de ANGELA MARIA OLIVEIRA HONDA.

MARCOS SANTOS RIBEIRO, securitário, solteiro, Natural de Igual, BA, Nascido aos 22/04/1991, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: MILTON RIBEIRO DOS SANTOS e de ROSÂNGELA INACIO SANTOS - DANIELA SOUSA RODRIGUES, atendente, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 25/07/1996, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO RODRIGUES e de MARIA APARECIDA ALVES DE SOUSA.

MILTON DA SILVA RODRIGUES, administrador, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 24/04/1984, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: MARIANO SEBASTIÃO RODRIGUES e de MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES - JOICIANE TEIXEIRA COSTA, contadora, divorciada, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 15/10/1981, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: MANUELA TEIXEIRA COSTA e de BERNARDE DORTER CORREA. Ramayana Lopes de Andrade, estado civil solteira, profissão nutricionista, nascida em Cândido Sales, BA no dia vinte e cinco de junho de mil novecentos e noventa e seis (25/06/1996), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Izaías Pereira de Barros e de Maria Aparecida Cruz.

ISANIEL OLIVEIRA SANTOS, auxiliar logística, divorciado, Natural de Itaboraí, BA, Nascido aos 16/08/1988, Residente em São Paulo, SP, Filiação: ISAÍAS JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA e de FIDÉLIA OLIVEIRA DIAS - EDNALVA MENDES DE ARAÚJO, doméstica, solteira, Natural de Aporá, BA, Nascido aos 28/09/1990, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ ACACIO DE ARAÚJO e de JOANA MENDES DE ARAÚJO.

JOSÉ FERNANDO QUEIROZ DOS SANTOS, motocoleiro, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 03/12/1980, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JORGE FERNANDO QUEIROZ DOS SANTOS e de GLENE QUEIROZ DA SILVA - SAIONARA RAMOS DA SILVA, auxiliar de limpeza, solteira, Natural de Itabuna, BA, Nascido aos 05/01/1992, Residente em São Paulo, SP, Filiação: GIVALDO JESUS DA SILVA e de SORAIA PARRAZES RAMOS.

JORGE MALHEIRO JÚNIOR, administrador de empresas, divorciado, Natural de Nova Iguaçu, RJ, Nascido aos 03/12/1980, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JORGE MALHEIRO JÚNIOR e de FÁBIA MARIA MALHEIRO - TÁIS APARECIDA AUGUSTO, psicóloga, divorciada, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 22/10/1973, Residente em São Paulo, SP, Filiação: RENATO AUGUSTO e de MERCEDES MARIN AUGUSTO.

CLAUDIONOR FERREIRA DA SILVA, pedreiro, solteiro, Natural de Caetita, BA, Nascido aos 26/09/1979, Residente em São Paulo, SP, Filiação: AGENOR ANTONIO FERREIRA e de ERMINIA RIBEIRO DA SILVA - CARLA ROBERTA ROSA, auxiliar de limpeza, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 24/10/1980, Residente em São Paulo, SP, Filiação: VITOR CLAUDIO ROSA e de MARIA JANDIRA BATRINI ROSA.

EDNALDO DOS SANTOS DA SILVA, ajudante geral, solteiro, Natural de Solânea, PB, Nascido aos 25/02/1980, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ SEVERINO DA SILVA e de ANTONIA TEODOSIO SOARES DOS SANTOS - CREUSA JOANA DOS SANTOS, do lar, solteira, Natural de Jacobina, BA, Nascido aos 10/07/1971, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: TALITINO ALVES DOS SANTOS e de ARMANDINIA MARIA DE JESUS.

THYAGO LINS SANTIAGO, analista comercial, solteiro, Natural de Recife, PE, Nascido aos 17/11/1992, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ CARLOS SANTIAGO e de MARCELINA MARIA DA CONCEIÇÃO LINS - CARLA REGINA CARDOSO LAES, líder de equipe, solteira, Natural de São Bernardo do Campo, SP, Nascido aos 26/02/1993, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ ALVES LAES JÚNIOR e de BERNARDETE CARDOSO LAES.

CESAR EVANGELISTA DA SILVA, técnico eletrônica, Natural de Fátima, SP, Nascido aos 20/08/1983, SP, Nascido aos 20/08/1981, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ EVANGELISTA DA SILVA FILHO e de VERA LÚCIA DOMINGUES - LILYAN MIEKO YAMADA, pedagoga, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 30/10/1981, Residente em São Paulo, SP, Filiação: MARIO YAMADA e de SHIZUKO YAMADA.

ALEXANDRE CAMPOS SARGI, economista, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 03/02/1988, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ CARLOS SANTIAGO e de MARCELA MARIA DA CONCEIÇÃO LINS - CARLA REGINA CARDOSO LAES, líder de equipe, solteira, Natural de São Bernardo do Campo, SP, Nascido aos 26/02/1993, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ ALVES LAES JÚNIOR e de BERNARDETE CARDOSO LAES.

EDUARDO RODRIGUES, administrador, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 03/02/1993, Residente em São Paulo, SP, Filiação: EDUARDO DE MELLO RODRIGUES e de ROSEMARY CATAPANO DE MELLO RODRIGUES - MADJORY FRANÇA RODRIGUES SILVA, administradora, solteira, Natural de Osasco, SP, Nascido aos 19/11/1997, Residente em São Paulo, SP, Filiação: VALDINÉS DA SILVA e de ANA PAULA FRANÇA RODRIGUES.

MICHAEL SILAS SANTANA CARDEAL, inspetor de alunos, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 30/10/1995, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA CARDEAL e de MARILENE AZEVEDO DE SANTANA CARDEAL - MAYANI BARBOSA LEITE, agente de ensino, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 22/02/1998, Residente em Osasco, SP, Filiação: VALMIR FERREIRA LEITE e de DAIANA BARBOSA DOS SANTOS.

ERIC VON ANCKEN GRANATA, médico, solteiro, Natural de São Bernardo do Campo, SP, Nascido aos 26/03/1983, Residente em Santo André, SP, Filiação: WAGNER JOSÉ GRANATA e de CRISTINA VON ANCKEN GRANATA - ROBERTA OLIVEIRA POLITI, médica veterinária, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 18/12/1982, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: EUGENIO POLITI e de ELIETE DE OLIVEIRA POLITI.

ROMANO PEREIRA OLIVEIRA, engenheiro, solteiro, Natural de São Caetano do Sul, SP, Nascido aos 05/12/1985, Residente em São Paulo, SP, Filiação: FRANCISCO OLIVEIRA e de DAVINA PEREIRA LOPES OLIVEIRA - CÁSSIA OLIVEIRA MARQUES, administradora, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 19/09/1989, Residente em São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ CARLOS MARQUES e de NELIA MARIA OLIVEIRA RAMATOS.

FELIPE MORALES DALANEZI, médico veterinário, solteiro, Natural de Pirajui, SP, Nascido aos 07/04/1988, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ ANTONIO DALANEZI e de MARIA VALERIA MORALES DALANEZI - JESSICA CORRÊA RODRIGUES, médica veterinária, solteira, Natural de Santo André, SP, Nascido aos 30/04/1988, Residente em neste Subdistrito - São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO RICARDO RODRIGUES e de NEUSA MARIA RODRIGUES.

C